

**CAMARA TÉCNICA DE CONTROLE E QUALIDADE AMBIENTAL
BRASÍLIA, 26 DE JUNHO DE 2007**

Dominique Louette – Secretaria Executiva do CONAMA

A Conselheira do Ministério das Cidades está a caminho. Eu me chamo Dominique, sou Diretora Adjunta do CONAMA e conforme o Regimento Interno nesse artigo 24 eu vou dirigir os trabalhos da Câmara Técnica até a eleição do Presidente na qualidade de representante da Secretaria Executiva. Agora estamos instalando a 23ª Câmara Técnica na sua nova composição, a composição que foi eleita na 85ª Reunião Ordinária do CONAMA, em 25 e 26 de abril de 2007. E essa nova composição é válida por dois anos, e então até a nova eleição no princípio de 2009. Essa Câmara é composta pelo Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Cidades, Governo de Minas Gerais, Governo do Espírito Santo, Governo Municipal da Região Sul, Confederação Nacional dos Transportes - CNT, e Entidade Ambientalista de Âmbito Nacional - Vidágua. Então, eu vou pedir primeiro que os Conselheiros presentes se apresentem.

Volney Zanardi Júnior - MMA

Bom dia, meu nome é Volney Zanardi Júnior, sou Diretor do Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

Andréa A. Saraiva de Lima - IEMA/ES

Bom dia, meu nome é Andréa Saraiva, sou representante do estado do Espírito Santo, vinculada ao Instituto Estadual de Meio Ambiente.

Gustavo Felice e Barros – CNT

Bom dia a todos, meu nome é Gustavo Felice de Barros, sou Representante da Confederação Nacional de Transportes.

Adriana Ramos – Instituto Vidágua

Bom dia, eu sou Adriana Ramos representante do Instituto Vidágua, Entidade Ambientalista de Âmbito Nacional.

Dominique Louette – Secretaria Executiva do CONAMA

OK, então vamos dar uma repassada rápida, sobre qual vai ser a Ordem do Dia da Câmara, e antes da eleição do Presidente eu vou fazer então uma pequena apresentação sobre o CONAMA, e como funcionam as Câmaras Técnicas para orientar os novos conselheiros. Então, a abertura que é a que eu fiz, a apresentação dos componentes da Câmara Técnica que acabaram de se apresentar. Em seguida eu faria uma apresentação, faremos a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Câmara e a indicação do Relator da Câmara técnica. Em seguida então o Presidente presidirá a reunião e será feito um relato de cada um dos processos que estão em pauta na Câmara Técnica. Então esse relato será feito pelos assessores técnicos que explicarão o que são esses processos, qual é a história deles e que proporcionarão encaminhamentos à Câmara, para que seja tomada uma decisão sobre esses processos. Se há assuntos gerais, serão feitos assuntos gerais no final e depois se encerrará a reunião. Então passa a apresentação por favor. Bom, o CONAMA é um órgão colegiado que tem caráter normativo, deliberativo e consultivo. O órgão normativo, deliberativo e consultivo do SISNAMA e que é presidido pelo Ministério do Meio Ambiente. Ele tem a finalidade por um lado de assessorar estudar e propor ao Conselho de Governo políticas governamentais para o meio ambiente e recursos naturais. Então, é uma finalidade de proposta de assessoramento, e por outro lado ele tem como finalidade de deliberar no âmbito de sua competência sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial à sadia qualidade de vida. Essas são então as duas principais finalidades do CONAMA. Dentre as inúmeras competências que estão listadas no Decreto e Regimento Interno do CONAMA é que a gente pinçou algumas que nos parecem que são na verdade as finalidades as quais a gente atende mais que são estabelecer normas, critérios, padrões relativos ao controle e manutenção da qualidade do meio ambiente; estabelecer normas e critérios para o licenciamento de atividades potencialmente e efetivamente poluidoras; e estabelecer normas e padrões nacionais de controle da poluição veicular. Essas três competências... o CONAMA faz resoluções para atender essas competências. Por outro lado, uma das importantes do CONAMA é acompanhar a implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o SNUC. E finalmente, a última instância de recursos sobre as penalidades impostas pelo IBAMA. Mas há várias outras competências que estão no Decreto, no Regimento Interno e seria bom todos os Conselheiros lerem isso mais em detalhe. O CONAMA é formado por 107 membros sendo que 104 têm direito a voz e voto, e três deles sem direito a voto. Fazem parte então dos 104 membros com direito a voto o Presidente que é a Ministra do Meio Ambiente e o Secretário Executivo que é o Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, 37 membros do Governo Federal, 27 dos estaduais, oito dos municipais, 21 da sociedade civil, oito do setor

65 empresarial e um membro honorário que é eleito a cada dois anos. Para elaborar as resoluções e tomar decisões
66 no Conselho existem 11 Câmaras Técnicas no Conselho, sendo elas, as dez primeiras, chamadas de Câmaras
67 Técnicas Temáticas que tratam realmente do aspecto técnico das resoluções e a última que é a de Assuntos
68 Jurídicos que trata exclusivamente da legalidade e constitucionalidade das resoluções. Então é uma Câmara um
69 pouco especial. Fizemos aqui um desenho de como nasce um resolução CONAMA. É encaminhada ao CONAMA
70 uma proposta de tema que para a qual seria elaborada uma Resolução. Esse tema pode ser encaminhado ou por
71 um Conselheiro do CONAMA ou por algum órgão do SISNAMA. Caso seja encaminhado por alguma outra entidade
72 nós sempre pedimos que entre em contato ou com algum outro órgão do SISNAMA que encaminhe efetivamente o
73 tema encaminhado para a Câmara Técnica que decide se analisa o tema diretamente na Câmara Técnica ou se cria
74 um Grupo de Trabalho para apoiar. É instalado um Grupo de Trabalho que geralmente tem uma vida de seis
75 meses, podendo ser renovado e nesse grupo de trabalho toda a elaboração se faz na base do consenso, não há
76 votação em grupo de trabalho e são grupos que estão abertos, qualquer pessoa pode participar das discussões e
77 tem direito a se expressar e se houver algum dissenso dentro do Grupo de Trabalho, ou é resolvido dentro do
78 grupo de trabalho ou é encaminhado para a Câmara Técnica que vai então decidir quais das duas ou três opções
79 são as válidas. Quando o Grupo de Trabalho termina a elaboração da sua minuta de Resolução encaminha para a
80 Câmara Técnica, que então aprecia o mérito da proposta e pode fazer alterações e modificações que a Câmara
81 achar importantes. Essas câmaras são formadas de sete Conselheiros e são tomadas em base de votação com a
82 maioria simples. Quando a Câmara Técnica considera que a avaliação do mérito da proposta foi terminada, ela
83 encaminha então a proposta de resolução para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos que aprecia a legalidade e
84 constitucionalidade da proposta e que pode fazer todas as modificações que achar necessárias neste âmbito.
85 Neste caso a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos também é formada de sete Conselheiros e que também
86 deliberam na base da votação. Sendo aprovada a resolução na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, ela é
87 encaminhada para o plenário que novamente analisa a resolução sobre todos os ângulos e pode fazer todas as
88 modificações que achar também necessárias. Sendo aprovada a resolução no plenário, então ela é encaminhada
89 para a publicação no Diário Oficial. Podemos ter também retorno da plenária para a Câmara Técnica de Assuntos
90 Jurídicos ou de Assuntos Jurídicos para Câmaras Técnicas se uma instância superior considerar que falta
91 amadurecer a proposta. Então seria o caminho direto, mas temos vários processos que voltam para trás até chegar
92 ao amadurecimento suficiente para chegar ao plenário. Bom, aqui temos um resumo, as Câmaras Técnicas
93 formadas de sete Conselheiros que estão definidos em plenário com mandato de dois anos. Funciona na base da
94 votação com maioria simples mais 1. E o que é importante saber, é que a ausência de um membro por três reuniões
95 consecutivas ou quatro alternadas para a Câmara Técnica, e nesse caso, na colocação de outro órgão no lugar
96 desse órgão que foi excluído. Finalmente, outro aspecto que eu acho muito importante é dizer que todas as
97 reuniões do CONAMA são públicas, e aqui vemos que temos um público fora os conselheiros e o público tem direito
98 a se expressar, mas o Presidente da Câmara Técnica pode também negar a palavra ao público, se ele achar que
99 isso está atrapalhando os encaminhamentos da Câmara Técnica. Eu nunca vi isso acontecer. Mas é uma
100 prerrogativa do Presidente para o andar correto dos trabalhos, dar a palavra ou não, dar a palavra ao público. Bom,
101 agora a competência específica dessa Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental é estabelecer normas e
102 padrões de qualidade das águas, do ar e do solo, e por outro lado normas e critérios para o licenciamento ambiental
103 de atividades potencial ou efetivamente poluidoras. Então basicamente nessa Câmara a qualidade de água, ar e
104 solo e o que trata de licenciamento ambiental. O âmbito de competências dessa Câmara. Agora, um aspecto mais
105 prático, essa é nossa página para que os Conselheiros possam justamente seguir todos os processos que estão em
106 pauta na sua câmara, essa é nossa página, e do lado esquerdo temos um menu e um submenu que diz CIPAM,
107 Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho. Clicando nesse menu a gente entra na lista de todas as Câmaras
108 Técnicas do CONAMA e de todos os Grupos de Trabalho em cada uma dessas Câmaras Técnicas. Clicando na
109 Câmara Técnica, sobre a Câmara Técnica temos a competência da Câmara Técnica, a lista dos Conselheiros, a
110 lista dos processos que estão em pauta, e a lista de todas as reuniões que aconteceram ou estão por acontecer.
111 Clicando na reunião que nos interessa, vamos encontrar o convite, a convocação, a pauta e lista de presença e
112 também a lista de todos os processos que estão em pauta com os documentos específicos que vão ser discutidos
113 naquela reunião. Clicando sobre o processo, aí nós temos o histórico de todo o processo, não só aqueles
114 documentos que vão estar ou que foram discutidos naquela reunião, mas também todo o histórico passado desde
115 que o processo foi montado, todas as reuniões que aconteceram e todos os documentos. E então uma pessoa que
116 quer ver como vai evoluindo uma Resolução pode passar de reunião em reunião e ver como vai evoluindo essa
117 Resolução. É tudo. Muito obrigada. Então, o que eu queria é ver se algum Conselheiro tem alguma dúvida,
118 alguma pergunta sobre o CONAMA e a Câmara Técnica.

119 120 **Gustavo Felice de Barros – CNT**

121
122 Não, eu só queria registrar que estou como suplente aqui e a titular é Cristina Yuan, ela está presa no aeroporto de
123 São Paulo.

124 125 **Dominique Louette – Secretaria Executiva do CONAMA**

126
127 Alguma outra dúvida? A pauta vem depois, quando o Presidente for eleito, então o Presidente vai... Se não tiver
128 mais nenhuma dúvida então vamos passar à eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Então eu gostaria de

129 saber entre os quatro Conselheiros que estão aqui se alguém quer se apresentar como Presidente da Câmara
130 sendo que o trabalho do Presidente da Câmara a condução dos trabalhos durante a reunião e a relatoria dos temas
131 do plenário são basicamente as duas funções do Presidente dessa Câmara.
132

133 **Volney Zanardi Júnior - MMA**

134 O Ministério do Meio Ambiente gostaria de apresentar meu nome para Presidente dessa Câmara.
135

136 **Gustavo Felice de Barros – CNT**

137 Nós da CNT estamos indicando o senhor José Cláudio da FEAM e eu gostaria que a Patrícia que está aqui conosco
138 apresentasse melhor o José Cláudio. Podemos passar a palavra para ela?
139

140 **Dominique Louette – Secretária Executiva do CONAMA**

141 Só uma coisa. Porque eu queria especificar que presidentes de Câmara Técnica só podem ser feitos por
142 Conselheiro.
143

144 **Patrícia H. G. Boson - CNI**

145 O Conselheiro José Cláudio Junqueira que é membro do CONAMA e todos conhecem, a maioria das pessoas aqui
146 é membro do CONAMA desde que o CONAMA se instalou, faz parte das raízes do CONAMA, e está há muito
147 tempo, e tem uma ampla experiência em condução de trabalhos, não só porque exerceu vários cargos de comando
148 no governo de Minas Gerais na Secretaria de Meio Ambiente. Ele não está presente por conta de que todas as
149 terças-feiras ele dá aula e ele não pode participar de Câmara Técnica todas as terças-feiras, mas o Governo de
150 Minas deve estar chegando. Eu sei que embarcou, mas está com esse problema de avião, e aí eu só queria que a
151 gente ponderasse esse fato porque houve até precedente na Câmara de Economia, por exemplo, eles
152 consideraram essa questão de aeroporto e deram um tempo para que pelo menos todos estivessem presentes para
153 poder tomar essa decisão.
154

155 **Volney Zanardi Júnior - MMA**

156 Obrigado, Patrícia. Só aproveitar aqui para me apresentar para quem não conhece. Eu acho que já concluiu a
157 apresentação. Então, eu só queria registrar que primeiro é uma grande honra de ter sido indicado como
158 Conselheiro para representar o Ministério do Meio Ambiente, e que tenho acompanhado essa agenda de controle e
159 qualidade ambiental já na minha vida profissional há algum tempo. Sou engenheiro químico. Meu mestrado até foi
160 justamente a questão de trabalhar áreas contaminadas por carvão lá no Rio Grande do Sul, todo um trabalho de
161 análise mais calcada na parte de metais pesados. Meu doutorado, eu trabalhei com avaliação de risco, e então
162 toda essa parte de perspectiva de avaliação dos impactos energéticos em Saúde e Meio Ambiente, projetos de
163 eletricidade, e profissionalmente tenho já há mais de quinze anos trabalhado no nível federal. Hoje sou funcionário
164 de carreira da ANA. Fui coordenador geral de licenciamento do IBAMA, trabalhei por quatro anos na Diretoria de
165 Adequação Nacional do Ministério do Meio Ambiente, trabalhando justamente a implementação e fortalecimento do
166 sistema com um foco muito forte na questão do licenciamento como um fator estruturante do Sistema Nacional de
167 Meio Ambiente, passei já também pela Prefeitura, pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, fui Diretor de
168 Recursos Hídricos. E então tenho acompanhado diversas perspectivas, essas agendas, tanto sob aspecto técnico
169 como aspecto profissional e ficaria muito honrado de poder contribuir para o CONAMA na presidência da Câmara
170 Técnica, ajudando nesse processo de definição de normas e procedimentos para a política ambiental.
171

172 **Dominique Louette – Secretária Executiva do CONAMA**

173 Bom, então aqui a gente tem duas opções. A gente faz a votação agora, a gente tem dois candidatos com quatro
174 Conselheiros presentes que poderiam votar ou então seria esperar o representante de Minas Gerais e do Ministério
175 das Cidades para fazer a votação. A decisão é de vocês Conselheiros.
176

177 **Volney Zanardi Júnior - MMA**

178 Seria importante saber se tem alguém, algum representante que também tem problemas de ficar ou de se estender,
179 tem alguma previsão de horário? Não tem?
180

181 **Dominique Louette – Secretária Executiva do CONAMA**

182 O que os três Conselheiros propuseram é que a gente fizesse a votação agora, sendo que são quatro, há uma
183 possibilidade que não se resolva agora, que seja dois a dois. Se não resolver, então designa-se um Presidente "ad
184 hoc" até que chegue pelo menos uma quinta pessoa que possa fazer de três a dois. E se resolver, então o

193 Presidente, porque na verdade, nós temos quorum, então nós temos o poder de decidir. Os quatro Conselheiros
194 estão de acordo? Então, vocês têm a sua cédula, eu só pediria que indicassem qual seria o Presidente e depois eu
195 faço a contagem. Bom, dos quatro, eu tenho três votos para o Ministério do Meio Ambiente e um voto para a CNT.
196 Mas tem aqui um voto para a CNT. Bom, então eu tenho três votos para o Ministério do Meio Ambiente e um voto
197 para o Estado de Minas Gerais. E, então a presidência fica com o Ministério do Meio Ambiente. Bom, então agora
198 nós teríamos que eleger o Vice-Presidente da Câmara. Quem se propõe para Vice-Presidente da Câmara? Sendo
199 que Vice-Presidente da entidade... que a Presidente está presente.... A entidade que é Presidente pode mandar um
200 representante que teria voz e voto, mas não poderia presidir a Câmara. A Câmara seria presidida pela entidade que
201 é Vice-presidente. Se nenhum Conselheiro da entidade que é Vice-presidente estiver presente, então é designado
202 um Presidente "ad hoc" para aquela reunião. Eu vou passar então agora a condução dos trabalhos para o
203 Presidente fazer a eleição da Vice-Presidência e definição da relatoria.

204
205 **Volney Zanardi Júnior - MMA**

206
207 Bom, primeiramente eu queria agradecer a confiança depositada em mim para poder conduzir esse trabalho nessa
208 importante Câmara Técnica, e com certeza vou precisar do apoio de todos os Conselheiros para que nós
209 consigamos cumprir com a devida excelência essa tarefa de conduzir os trabalhos dessa Câmara Técnica. Vemos
210 como muito importante dar continuidade ao trabalho que vinha sendo desenvolvido pelo doutor Márcio Rosa nosso
211 representante do IBAMA, e que nessa continuidade desse trabalho, nós esperamos realmente qualificar e agregar
212 uma dinâmica maior a esse processo. Então, eu queria agradecer mais uma vez a confiança e dizer que vou
213 realmente dedicar todo o meu esforço para poder cumprir com essa missão. Bom, passando ao nosso seguinte
214 ponto de pauta, nós devemos fazer agora a eleição do Vice-Presidente. Eu pergunto e peço também ao nosso
215 pessoal do apoio que me auxilie aqui. Como é de praxe até no nosso trabalho, na própria dinâmica das Câmaras
216 Técnicas, eu consultaria aos Conselheiros a própria candidatura do doutor Cláudio Junqueira, proporia para Vice-
217 Presidente dessa Câmara Técnica. Consulto aos senhores Conselheiros se nós podemos fazer sem a dinâmica do
218 papelzinho, da urna eletrônica na eleição do José Cláudio Junqueira para Vice-Presidente dessa Câmara Técnica.
219 Então por aclamação o doutor José Cláudio Junqueira é o nosso Vice-Presidente da Câmara Técnica. Então
220 avançando na nossa pauta, qual é o próximo ponto de pauta agora? Temos a indicação do doutor José Cláudio
221 Junqueira. A indicação do relator da Câmara Técnica. Bom, eu gostaria de saber se existe alguma sugestão, se
222 alguém se propõe a desempenhar essa importante função da Câmara Técnica, acho que é importante os
223 Conselheiros estarem aqui na mesa para auxiliar nesse processo como falei no início dessa reunião. Eu queria só
224 esclarecer que o relator não vai ter que fazer ata nenhuma, é simplesmente uma validação do trabalho que a
225 própria Secretaria do CONAMA já desempenha. Então, seria um trabalho realmente mais de fazer uma validação
226 do trabalho de secretaria desempenhado pela Diretoria do CONAMA. Bom, fizemos uma consulta aqui aos
227 senhores e senhoras Conselheiras, e decidimos assim aguardar para definição da relatoria. Enquanto isso, nós
228 vamos avançando no nosso trabalho, passando então para a discussão da ordem do dia. Então eu consulto à
229 plenária e Conselheiros se existe alguma consideração sobre a pauta, se podemos aprovar a ordem do dia.

230
231 **Janaína Carneiro Silva - CGVAM/SVS/MS**

232
233 Então, o meu nome é Janaína, eu estou representando aqui a Secretaria de Vigilância e Saúde do Ministério da
234 Saúde. Eu fui designada como técnica para apresentar o caso Cidade dos Meninos, a exposição em Duque de
235 Caxias. E me parece que como ponto de pauta está em último ponto. Então eu gostaria de saber se a gente
236 poderia repensar esse caso aí, porque se não eu teria que ficar aqui o dia inteiro aguardando para apresentar só ao
237 final.

238
239 **Volney Zanardi Júnior - MMA**

240
241 Eu consulto aos Conselheiros se aceitam essa inversão de pauta passando o informe ao primeiro ponto da reunião.
242 Alguma objeção?

243
244 **Andréa A. Saraiva de Lima - IEMA/ES**

245
246 Não, sem objeção.

247
248 **Volney Zanardi Júnior - MMA**

249
250 Então nós acatamos a sugestão, por favor.

251
252 **Maria Eugênia P. Saldanha – ABIPLA**

253
254 Maria Eugênia Saldanha, eu represento a ABIPLA - Associação Brasileira de Indústria de Produtos de Limpeza e
255 Afins. O nosso tema é um dos que está na ordem do dia um dos processos que está ocorrendo nessa Câmara

256 Técnica e nós temos o mesmo problema que a representante que acabou de me anteceder na Secretaria de Saúde
257 que seria colocar esse tema como o segundo, a gente agradeceria. Sabões em pó.

258
259 **Paulo Macedo - PROCONVE**

260
261 Senhor Presidente, se é assim eu também como eu era o primeiro e o segundo, eu peço para que não mude a
262 pauta, porque eu também não quero ficar aqui o dia inteiro esperando. É uma questão de ordem.

263
264 **Volney Zanardi Júnior - MMA**

265
266 A presidência entende que o ordenamento da pauta pode ser relativamente usado em relação a questões de
267 qualificar o quorum na hora da discussão. Então nós temos algumas questões relativas a impedimento de horário,
268 a presidência vai sempre considerar isso na hora de definir a ordem do dia. Só assim para a gente ter uma idéia,
269 existe mais alguma consideração sobre a ordem do dia para que nós possamos verificar qual seria o desenho final?
270 Nós teríamos essa solicitação em relação ao ponto da questão do sabão em pó, passar a ser o ponto logo a seguir
271 depois de Informes, o primeiro ponto de pauta após Informes, e existe uma solicitação de Informes já passar para o
272 primeiro ponto. Mais alguma consideração em relação à pauta. Por favor, doutor Paulo.

273
274 **Paulo Macedo - PROCONVE**

275
276 A minha é de se manter. Pelos argumentos, eu uso o mesmo argumento.

277
278 **Volney Zanardi Júnior - MMA**

279
280 Perfeito. Pode ser, vamos tentar fazer essa composição. O primeiro ponto de pauta nós passaríamos então
281 imediatamente aos informes. Depois nós passaríamos então ao segundo ponto de pauta, seria o da ANP mantendo
282 a ordem antiga. O terceiro ponto de pauta seria sabões e o quarto ponto de pauta entraria na emissão de
283 poluentes, pode ser? Então a ordem do dia aprovada? Ótimo. Eu solicitaria à doutora Janaína que fizesse a
284 apresentação. Quantos minutos? Quinze minutos para a apresentação, se os Conselheiros passarem para a
285 primeira fila fica mais fácil.

286
287 **Janaína Carneiro Silva - CGVAM/SVS/MS**

288
289 Cidade dos Meninos, eu posso apresentar em cinco, dez, quinze, uma semana, dois meses. Então como me foi
290 dado quinze minutos, eu peço a compreensão. O caso tem um nível de complexidade muito grande, e então eu
291 gostaria que não se fizesse nenhuma interferência no meio, porque aí eu apresento e, em função do que vocês
292 acharem interessante, a gente discute. Mas eu gostaria de fazer a apresentação toda primeiro, porque normalmente
293 o que emana de vocês já está na apresentação. Aí a gente abre a discussão. Essa Cidade dos Meninos fica em
294 Duque de Caxias, Rio de Janeiro. Ali na frente, embaixo naquela linha preta é a avenida Presidente Kennedy.
295 Cidade dos Meninos é uma área de dezenove milhões de metros quadrados. E qual é a situação dela? Essa
296 estrada aqui no meio é a estrada da Camboaba. Aquela área vermelha é a área foco principal onde teve uma
297 indústria, vou contar a historinha para vocês. Essas áreas aqui, tem um canto aqui perto do morro, que é um bairro
298 de mais ou menos cinco mil pessoas, mas que está isolado da contaminação, a contaminação se dá principalmente
299 na área foco principal e principalmente ao redor da estrada Camboaba e essa área como um todo tem milhões de
300 metros quadrados e pertence à União. OK. A localização é na área Fluminense, essa área foi incorporada em
301 2002 e está sob a guarda do Ministério da Saúde. A área total está ali, dezenove milhões e 416 mil metros
302 quadrados, e fizemos uma avaliação e estamos em torno de 1400 pessoas residindo nessa área de 19 milhões de
303 metros quadrados, tirando aquele cantinho que eu mostrei para vocês, o bairro Santa Isabel. Naquele cantinho tem
304 cerca de quatro mil indivíduos agrupados em mil famílias e tem algumas invasões periféricas e aproximadamente
305 500 indivíduos. Essa é a situação de Cidade dos Meninos, apesar de você ter aí nessa área uma situação do IBGE
306 dizendo que é uma área urbana, você tem essa característica na área, a estrada não é asfaltada, você tem criação
307 de porcos, algumas concentrações de lixo e uma área basicamente agrícola. Vocês vão entender o porque disso
308 agora. Em 1943 foi criada a Cidade dos Meninos, em 1947 você tem lá instalado o Instituto de Malariologia que era
309 do Ministério da Educação e Saúde. Na época, Ministério da Educação e Saúde eram juntos. Essa área foi um
310 presente dado à esposa do Getúlio Vargas, e ela recebeu essa área para criar lá, na verdade, a Cidade das
311 Meninas, porque ela tinha o interesse em educação de meninas e mantê-las, só que houve muita dificuldade em
312 você manter somente meninas, e aí você tem a inversão para a Cidade dos Meninos. Ela ganhou um dinheiro
313 daquele filme Fantasia da Disney e conseguiu implementar algumas ações lá. Aí o que acontece? Em 1950, o
314 Ministério que era Educação e Saúde instala nessa região uma fábrica de pesticidas. Faz muito sentido. Parece
315 que não, mas nós temos aí uma Baixada Fluminense, uma área com febre amarela, porque na verdade hoje Cidade
316 dos Meninos, a história dela nos reporta a uma situação na verdade de grandes ganhos na Saúde Pública. É que
317 depois teve a saída que eles erraram na saída. Então lá é colocada uma fábrica de produção de pesticida, o que
318 nos torna independentes na produção de pesticida no país, o que foi um grande ganho nos combates à endemia.
319 Em 1950 a 1956 e então você manipula lá dentro mais de uma substância. De 56 a 62, você tem uma desativação

320 dessa fábrica e em função da própria história do DDT, que ele era um salvador e não um vilão, você tem o
321 abandono dessas substâncias no local, porque na verdade isso era considerado, primeiro você não tem uma
322 legislação ambiental implementada que bem vocês sabem, e o DDT não era conhecido pelo potencial cancerígeno
323 dele ainda. Em 88 você tem um abandono de uma montanha de produtos, um produto branco na área onde era a
324 fábrica. Aí você passa a ter identificado na feira livre de Duque de Caxias a venda de pó de broca. E de onde vinha
325 o pó de broca? A FEEMA vai e descobre que o pó de broca vem das dependências de antiga fábrica de Cidade dos
326 Meninos. Tinha uma montanha lá instalada, e aí a FEEMA pega e coloca essas 40 toneladas que foram
327 encontradas, o produto puro, e coloca em bombonas, armazena na Reduc para ser incinerada a seguir. Demorou
328 13 anos para ser incinerada, e aí ficaram armazenadas essas 40 toneladas, armazenadas na Reduc. Só que a
329 característica desses produtos organoclorados é que eles são lipossolúveis e fazem um cimento, eles não vão na
330 água, e então eles ficam localizados. E então o que as pessoas fizeram? Que legal. Eu tenho aqui uma estrada de
331 terra. Eu pego esse produto, jogo na estrada e fica uma beleza como asfalto. Utilizaram assim, mas acharam que
332 ia ser um bom reboco nas casas delas. E aí você começa a ter um espalhamento e formação de focos secundários,
333 não pela característica do produto, mas pelo manuseio mecânico. Você tira da área da fábrica e bota nas casas e
334 no solo para fazer asfalto. Principalmente naquela estrada principal. Lembra lá do mapa? Aquela estrada principal
335 da Camboaba. Em 90 é instaurado o inquérito solicitando providências para evacuação da área foco principal. O
336 que acontece? Em 1990 identifica-se que na área da fábrica tinham dez famílias residindo e então as crianças
337 brincavam sobre esse produto. Até hoje o cheiro é muito forte nessa área. Então, você tem as pessoas residindo
338 sobre o produto e então é pedido para evacuar a área foco. Em 93 é assinado um Termo de Ajuste de Conduta, e a
339 partir daí o Ministério da Saúde assume que é responsável por aquela contaminação, mais uma série de outros
340 órgãos assumem também essa questão juntos. Só que, o que acontece? Você tem todos os processos não
341 colocados em cima do poluidor que no caso era o Ministério da Educação e Saúde, no caso de Saúde, mas contra a
342 União. Os processos são contra a União. Em 1985 uma idéia brilhante de colocar cal na área foco principal para
343 remediar. Acontece que você não sabe, acreditava-se que tinha-se lá HCH, era o que se supunha, e aí
344 experimentos de laboratório achavam que tirava a radioatividade, e o que aconteceu? Essa cal fez descer o
345 produto e você teve uma contaminação mais profunda. Essa cal foi ganha de presente pelo Ministério e seria a
346 solução. E também a maneira como eles fizeram isso, eles jogaram a cal, molharam, 45 graus, Duque de Caxias,
347 água na mangueira e misturando isso, escavando. Foi feito dessa forma. Em 99 o departamento de Ciência e
348 Tecnologia do Ministério da Saúde assume esse processo de resolução. Até 99 se falava em pó de broca HCH, e a
349 partir do momento que o Ministério da Saúde cria uma área para lidar com isso, você começa a pesquisar a história
350 do local para identificar realmente que contaminantes você tem lá. Em 2002, a gente recebe da Secretaria de
351 Patrimônio da União a guarda dessa área. A guarda por que? Para evitar a entrada de mais pessoas e, então, a
352 gente mantém lá uma vigilância armada. A gente que eu falo é o Ministério da Saúde. Em 2003 a gente abre um
353 processo de licenciamento no órgão ambiental, no caso na FEEMA no Rio de Janeiro para remediar essa área.
354 Também houve uma coleta de sangue de toda a população que reside em Cidade dos Meninos através da Fiocruz.
355 O doutor Sérgio Koifman, ele coleta sangue para analisar os organoclorados. Em 2004 a gente tem a conclusão do
356 diagnóstico de toda essa área. Então, hoje o que é a conclusão do diagnóstico? Nós fizemos uma malha,
357 coletamos solo e água em toda a área dos Meninos, nos dezenove mil metros quadrados, porque a dúvida é se só
358 está restrito aos focos principais e secundários, ou isso se espalhou. E a partir de 2004, a gente chega à conclusão
359 que realmente a contaminação está restrita aonde houve espalhamento mecânico, que são casas, foco principal e
360 focos secundários. 2005 você vê que lá em 2003 coleta o sangue, 2005 dá entrega do resultado para a população,
361 tudo muito rápido e em 2006 os três níveis de governo, o Ministro Humberto Costa, a Governadora Rosinha
362 Garotinho à época, e o prefeito atual que é o Washington Reis, assinaram um Termo de Compromisso que contém
363 um Plano de Ação falando tudo o que vai ser feito em Cidade dos Meninos. Foi assinado em doze de junho de
364 2006. Em 2007 a gente faz uma licitação para contratar um Projeto Executivo de Remediação. Para contratar o
365 projeto e não a remediação. Que projeto é esse? É contratar um projeto para colocar isso em célula de segurança.
366 Vou explicar porque. Aí está a partir de 2002 a gente tem quais são os contaminantes da área. Então a gente tem
367 os isômeros do HCH, DDT, triclorofenóis e triclorobenzenos, dioxinas e furanos. No total são 12 contaminantes por
368 causa dos metabólicos e esses contaminantes estão em concentrações distintas na área, certo? Você não tem um
369 contaminante só, você tem contaminantes em vários níveis, tanto no espalhamento quanto nas casas, quanto nos
370 produtos. Por exemplo, foi encontrado dioxina nos ovos de galinhas na Cidade dos Meninos, uma concentração
371 importante que é um produto cancerígeno. Então o que acontece? Cidade dos Meninos também... a população
372 não tem muita... é aquele jogo... Assim, se é para indenizar, eu sou super exposto, porque eles nem usam o termo
373 exposto, eles usam o termo contaminado, mas se é para sair da área, isso aí não faz mal. Então é muito ambígua a
374 posição populacional e, em função disso, o que a gente tem? Uma dificuldade muito grande em agir nesse local.
375 Porque eles acreditam que não há risco à saúde deles, então esse é um ponto importante que a gente deve
376 considerar. Esses aí são os grupos. Quando eu falo das famílias que residem em Cidade dos Meninos, são 382
377 famílias ao redor da Camboaba, e que, na verdade, são objeto hoje, objeto mesmo, porque enquanto eles estiverem
378 fazendo acompanhamento à saúde e continuarem na área, eles são objeto, porque eles continuam expostos e
379 colocam no foco principal o gado deles, que eles cortam a cerca e colocam gado para pastar lá dentro. A principal
380 via de exposição à contaminação tem sido alimentar. Foi identificada como alimentar. Em função disso o que
381 acontece? Você tem hoje em torno de duas mil cabeças oscilando até quatro mil cabeças de gado criadas em
382 Cidade dos Meninos. Se a principal via alimentar... se esses produtos gostam de gordura, o que a gente tem? Um
383 espalhamento dessa exposição, levando essa exposição a pessoas que residem em Caxias, no Rio, quicá nós

384 mesmos, porque ninguém sabe de fato até onde que vai o gado, o queijo que é produzido lá dentro, está tudo
385 irregular. Então aqueles grupos ali são os grupos que pretendem ser monitorados. Hoje a gente consegue
386 monitorar o grupo 1, porque eles estão numa situação de confinamento. Ou seja, residem dentro de Cidade dos
387 Meninos. O grupo 2 é um bairro de 4500 pessoas que foi descartada a exposição através de estudos mesmo, a
388 gente viu que eles não tem poeira e nada com organoclorado e o grupo 3 também é um grupo marginal tipo é
389 invasão periférica. O grupo 4 , a gente recebeu do Ministério Público, aliás o grupo 5, uma busca dessas pessoas,
390 dessas crianças que foram da Fundação Abrigo Cristo Redentor, onde elas residem hoje, mas acho que isso não
391 tem tanto interesse para vocês. OK, esse daí é o Plano de Ação que aqui está desenhado para ser feito em Cidade
392 dos Meninos, monitoramento e remoção da população. Por que remover a população é um outro questionamento.
393 Remover porque onde residem e nas casas deles tem contaminação. Na estrada tem contaminação. Como é que
394 eu vou revolver solo e levantar poeira se eles residem em torno disso. Então remoção foi uma estratégia. Remediar
395 a área após a remoção, administrar esse imóvel ad eterno, até que você resolva o problema definitivamente. E
396 destinação final do imóvel. Aí se fala em várias hipóteses, Cidade dos Meninos vai passar uma rodovia, vai
397 acontecer não sei o que, vai implantar, sempre tem uma nova hipótese. Isso não interessa muito para vocês,
398 quinze minutos para falar tudo. Remediar o ambiente contaminado. Então nós elaboramos um termo de referência
399 em função de um Congresso Iternacional que foi feito no Brasil apontando técnicas maravilhosas, só que nenhuma
400 técnica atacaria os 12 contaminantes ao mesmo tempo nas concentrações que eles estão, em paredes, etc, Então
401 foi decidido pela célula de segurança. Eu não sei se alguns de vocês conhecem o que foi feito em Bilbao. Foi feita
402 uma célula de segurança à semelhança do que nós gostaríamos de fazer aqui, e construído um aeroporto em cima.
403 Eles tinham uma contaminação também por HCH, só que também tinham mercúrio, eram resíduos industriais ao ar
404 livre que eles tinham. Colocaram numa célula de segurança e hoje monitoram água, os lixiviados, fazem tratamento
405 de lixiviados. E a gente tentou fazer uma cooperação técnica com Bilbao, só que Bilbao não existe..., país basco
406 não existe, eles são Espanha, apesar que eles têm um pedacinho da França. Só que eles não aceitam a gente fazer
407 uma cooperação técnica Brasil e Espanha, porque eles se consideram país basco, e aí deu um problema
408 diplomático e não conseguimos fazer uma cooperação técnica com eles. Mas seria excelente porque eles têm uma
409 experiência muito vasta e ofereceram essa cooperação para nós, até gratuitamente. Mas infelizmente o Brasil não
410 pode fazer com o país basco. Mas enfim, nós lançamos e agora o nó. O nó está aqui. Foi encaminhado em 2004
411 em caráter de emergência pela Casa Civil pelo próprio Presidente Lula ao Congresso Nacional, pedido com uma
412 carta do Presidente ao congresso que fosse votada em caráter de urgência, em fevereiro de 2004, um projeto de lei
413 para indenizar pessoas que residem em Cidade dos Meninos para que elas pudessem sair. A idéia era famílias até
414 cinco pessoas recebessem 50 mil reais e saíssem do lugar. Existem alguns nós aí. A doutora Salete a Juíza da
415 Sétima Vara do Rio de Janeiro pulou dessa altura e falou que isso era um absurdo, se isso fosse aprovado no
416 Congresso que ela iria apreender esses recursos e construir casas para essas pessoas. Ela acredita que a melhor
417 estratégia é construir casas. O Ministério da Saúde tentou fazer isso, construir casas em Cidade dos Meninos, em
418 área não contaminada, porque é uma área muito grande, são dezenove milhões de metros quadrados. Contudo, o
419 Ministério da Saúde recebeu um parecer dos advogados da União dizendo que o Ministério da Saúde não constrói
420 casa. Então a gente não pode construir casa, e se a gente não pode construir casa, quem constrói? A Juíza disse
421 que constrói. Mas se sair o projeto depende da tramitação da Câmara. Vocês podem acompanhar a tramitação e
422 vocês vão ver que não há tanto interesse assim nesse projeto. Foi também feito, a Juíza fez uma ação civil pública
423 contra a União, mandando recolher da Cidade dos Meninos todos os produtos agropecuários e dar um destino para
424 isso. Foi chamada a Polícia Federal, Ministério da Agricultura, Secretaria de Agricultura, Polícia Militar, todo mundo
425 para resolver essa questão e a busca e apreensão era para ser feita em 30 dias e não foi feita. Isso foi em 2005,
426 porque ninguém se sente competente para fazer isso dentro da União. E agora, no dia 35 de abril, a Juíza intimou
427 de novo alguns órgãos, o Ministério da Agricultura, Secretaria Estadual de Agricultura, principalmente, mas também
428 a Polícia Federal, Polícia Militar para eliminar e destinar a produção agropecuária da Cidade dos Meninos. A
429 questão é que lá essa produção agropecuária é feita por pessoas, eu tenho que fazer um termo aqui bem... esse é
430 um erro, na verdade Cidade dos Meninos, vocês lembram que eu mostrei aquela área central, a área que está no
431 entorno da Camboaba e são quatro grandes produtores e esses quatro grandes produtores são pessoas de um
432 poder paralelo do estado, sabe aqueles poderes paralelos? Consegui um termo bem legal. Então assim, aí têm
433 medo de chegar nessas pessoas e tal. E essa área só não recebeu invasão em massa exatamente por causa
434 desse poder paralelo. Não é por causa da segurança do Ministério da Saúde.

435
436 **Volney Zanardi Júnior - MMA**

437
438 Tem dezoito minutos, vamos mais dois. Tá.

439
440 **Janaína Carneiro Silva - CGVAM/SVS/MS**

441
442 Então acabou o tempo, acabou.

443
444 **Volney Zanardi Júnior - MMA**

445
446 Pode concluir aí.

448 **Janaína Carneiro Silva - CGVAM/SVS/MS**

449

450 Então, agora eu acho melhor abrir para vocês questionarem porque na verdade isso dá muito pano para manga.

451

452 **Volney Zanardi Júnior - MMA**

453

454 Eu consulto primeiro aos senhores e senhoras Conselheiros se existe alguma consideração.

455

456 **Janaína Carneiro Silva - CGVAM/SVS/MS**

457

458 Eu não sei também porque foi chamado para apresentar esse caso aqui.

459

460 **Volney Zanardi Júnior - MMA**

461

462 O Marcelo pode...

463

464 **Marcelo Assis - Secretaria Executiva do CONAMA**

465

466 É que havia um pedido para que isso fosse apresentado no plenário e isso ficou ano passado, o Ministério teve um
467 desencontro, aí e a gente negociou para ser apresentado aqui na Câmara Técnica onde o assunto tem algumas
468 coisas em discussão, tem aquela questão do gerenciamento de áreas contaminadas, que a gente achou que teria
469 mais a ver.

470

471 **Volney Zanardi Júnior - MMA**

472

473 Então acho que está justificado aí, que foi realmente um informe sobre essa questão e acho que a doutora Janaína
474 está à disposição depois para quem quiser contatar e precisar de algum detalhe maior. Eu pediria para acender a
475 luz aqui então e eu gostaria só de registrar dois processos que chegaram à Câmara Técnica antes de passar já
476 para o primeiro ponto. Chegaram mais Conselheiros? Por favor, eu pediria aos Conselheiros do Ministério das
477 Cidades e do Governo de Estado de Minas Gerais que se apresentassem. Eu queria cumprimentá-los e pedir que
478 se sentassem á mesa.

479

480 **Márcia Romanelli - Governo do Estado de Minas Gerais**

481

482 Bom dia, Márcia Romanelli, estou Representando o José Cláudio Junqueira.

483

484 **Norma Carvalho – Ministério das Cidades**

485

486 Bom dia a todos, eu sou Norma de Carvalho do Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Saneamento
487 Ambiental, representando o titular doutor Sérgio Gonçalves.

488

489 **Volney Zanardi Júnior - MMA**

490

491 Bem-vindas à nossa reunião, eu gostaria de informar que nós temos dois processos que chegaram à Câmara
492 Técnica e que deverão ser objeto de discussão em reuniões posteriores. Uma é a proposta de criação de um
493 Grupo de Trabalho que procura definir o conceito de áreas ambientalmente sensíveis, é o Instituto Maranhense de
494 Meio Ambiente e Recursos Hídricos, que propõe a criação desse Grupo de Trabalho, o Processo
495 02000001187/2007-79. E também relacionado a essa questão que a doutora Janaína apresentou aqui, nós
496 recebemos na Câmara Técnica uma solicitação, um requerimento de criação de Grupo de Trabalho para realizar
497 estudo sobre contaminação por substâncias tóxicas especialmente pó de broca dos moradores da Cidade dos
498 Meninos em Duque de Caxias Rio de Janeiro. Então o processo é o 02000001224/2007-49. Esses processos
499 estão à disposição na Câmara Técnica para quem quiser consultar os requerimentos.

500

501 **Marcelo Assis - Secretaria Executiva do CONAMA**

502

503 Qual será o encaminhamento desses processos? Após pedir parecer das áreas do Ministério serão submetidos à
504 Câmara Técnica para deliberar sobre o assunto. Só me identificando, não me identifiquei, sou Marcelo Assis da
505 Secretaria Executiva do CONAMA.

506

507 **Volney Zanardi Júnior - MMA**

508

509 Está ótimo. Então feito esse registro, eu acho que a gente podia passar ao processo 0200000963/2003-90 que
510 trata da Resolução 321 de 2003, e a interessada é a Agência Nacional de Petróleo. Quem faz a apresentação?
511 Então peço aqui a assessoria do CONAMA que faça a apresentação. Primeiro ficou a ANP e depois sabão.

512
513
514
515
516
517
518
519
520
521
522
523
524
525
526
527
528
529
530
531
532
533
534
535
536
537
538
539
540
541
542
543
544
545
546
547
548
549
550
551
552
553
554
555
556
557
558
559
560
561
562
563
564
565
566
567
568
569
570
571
572
573
574
575

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

Esse processo iniciou-se a pedido por iniciativa do IBAMA, do Ministério de Minas e Energia, ele foi exaustivamente discutido na reunião passada, os resultados constam no site do CONAMA, tanto na transcrição como nos resultados propriamente ditos. Existiam duas posições bastante antagônicas que era da ANP em que afirmava que as tabelas eram incompatíveis, que essa Resolução tinha saído com dois anos de atraso e quando saiu ela já estava defasada, houve erros até de digitação, e que a nova tabela publicada pela ANP, ela é mais restritiva em alguns parâmetros. Portanto, com esses argumentos e de que há aí um conflito de competência entre a ANP e essa Resolução de atribuição do CONAMA. Sobre esse argumento ela então solicitava que houvesse uma revogação dessa Resolução. O IBAMA se posicionou favorável à manutenção dela, dizendo que não haveria no argumento... de que não há um conflito de competência, embora reconheça que ela também é inócua, não sei se é bem esse o termo, mas ela seria inócua. Os Conselheiros, principalmente o representante de São Paulo, levantaram a questão de que se a gente simplesmente revogasse essa Resolução, se nós não estaríamos deixando um vácuo administrativo de competência do CONAMA. Então, era essa a preocupação. Entendeu-se que o problema era de natureza jurídica e que, portanto, fosse encaminhado à CONJUR do Ministério para um parecer e à Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Encaminhada à CONJUR ela se pronunciou que se encaminhasse à Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Ela deverá entrar em pauta, nós estamos com a pauta de Assuntos Jurídicos bastante congestionada e ela deverá entrar talvez nem nessa próxima, mas numa outra reunião ainda. Portanto, nós estamos no mesmo impasse que nós estávamos naquela reunião. Então eu não sei se as pessoas aqui presentes gostariam de manifestar, mas eu acho que a decisão ainda continua no mesmo pé que estava, haja vista que nós não temos o parecer dessas duas câmaras, da Câmara Jurídica e da CONJUR.

Volney Zanardi Júnior - MMA

Obrigado, Cleide. Consulto inicialmente aos senhores Conselheiros e senhoras Conselheiras se estão esclarecidos. Por favor, primeiro a doutora Adriana, depois Roberto.

Adriana Maximiano – IBAMA

Meu nome é Adriana Maximiano, eu sou Conselheira suplente do IBAMA, e gostaria de passar a palavra ao doutor Paulo Macedo para fazer um aparte sobre essa matéria.

Paulo Macedo - PROCONVE

Bom dia a todos, sou Paulo Macedo, eu coordeno o Proconve há quase 20 anos de existência dele e realmente essa Resolução é uma daquelas que saiu toda atravessada no sentido que ela foi aprovada no plenário do CONAMA numa reunião em dezembro de 2001 e só foi publicada no Diário Oficial, não me perguntem porque em 2003. Então, passaram dois anos aí para ser publicada, não sei porque. E realmente nessa publicação saíram vários erros, inclusive de digitação, acho que na hora de mandar para publicar pegaram alguma versão anterior que saíram erros mesmo. E o próprio mérito dela quando ela foi publicada já tinha sido alcançada independente dela. Então, por isso que no primeiro parecer que se não me engano é de 2005 meu ou do IBAMA, a gente sugere que ela seja realmente revogada, porque não interferiria em nada nem negativamente e nem positivamente. E isso também ficou se arrastando aqui dentro do CONAMA até estar agora em pauta. Na última reunião a gente discutiu o mérito disso exaustivamente e surgiu a dúvida jurídica da competência legal. Porque hoje a gente tem um entrave, não vou nem chamar de entrave, mas de disputa com ANP porque ela não cumpriu e não está cumprindo com a parte dela no acordo da Resolução que seria especificar os combustíveis necessários para a fase de 2009, onde ela está empurrando isso com a barriga desde 2002 e não fez ainda. Então estamos aproveitando esse embate porque isso é uma solicitação deles, para tentar negociar no sentido de no lugar dessa colocar uma com as especificações que a gente precisa para 2009. Aí surgiu a questão que era legal que foi relatada bem. Isso é competência do CONAMA ou da ANP? E a gente conversou até inclusive com o Márcio na época, e sugeriu mandar para o parecer jurídico para ver definida exatamente essa competência. Se o CONAMA é ou não, porque se for o IBAMA tem uma proposta de Resolução para substituir essa, com as especificações dos combustíveis que a gente precisa para 2009. E então acho que essa Câmara deveria se posicionar a respeito inclusive de uma nova, estou trazendo até uma espécie com uma nova proposta aqui, a gente continua com a posição favorável à revogação, desde que a gente coloque uma no lugar contendo especificações que a gente precisa para 2009. A gente quando falo é o Proconve. Tem uma fase prevista e vocês sabem que com o avanço da tecnologia a gente também tem que avançar na qualidade dos combustíveis. O nosso diesel tem um alto teor de enxofre para essa fase prevista em 2009 e então a gente tem que reduzir o teor do enxofre óleo diesel para 2009. A Petrobrás já pôs seu plano de investimento dinheiro para fazer isso e falta única e exclusivamente a ANP estabelecer que combustível é esse, essas especificações que isso legalmente é competência dela. Agora, se o CONAMA também tiver essa competência, por isso que a gente estava dependendo desse parecer jurídico. O IBAMA tem uma proposta a fazer com relação à Resolução e especificações de urgência e urgentíssima, porque a gente perdeu quatro anos esperando ANP.



576

577

Volney Zanardi Júnior - MMA

578

579

580

581

582

583

Bom, obrigado Paulo, eu queria registrar que é muito importante esse tipo de esclarecimento, até porque alguns dos nossos Conselheiros são novos na Câmara Técnica, e eu, por exemplo, não estava acompanhando essas discussões e essa primeira reunião sempre é um pouco mais de esclarecimento. Nós temos que tomar muito cuidado com as deliberações nessa primeira reunião.

584

Roberto Monteiro – Ex- Conselheiro do CONAMA

585

586

587

588

589

590

591

592

593

594

595

596

597

598

599

600

601

602

603

604

605

606

Obrigado, Senhor Presidente, sou Roberto Monteiro ex-conselheiro honorário, e eu queria mais fazer uma reflexão em voz alta. Veja bem, conflito de competência, especificação privativo de... Olha as expressões pesadas de ambos e são órgãos públicos. E a reflexão que eu quero na verdade fazer é a seguinte. Cada um tem seus objetivos específicos e tem que ser respeitado dentro de suas competências, mas o que se passa nesse caso, nós estamos criando de certa forma um conflito virtual, que na verdade se bem interpretado, esse conflito não existe. A ANP cabe especificar combustível? É privativo dela especificar combustível? Sim, enquanto produto fornecido a frota nacional cabe a ANP fazer essas especificações de combustível. E principalmente no que se refere à definição de valores máximos componentes que pode ter nesse combustível isso é uma competência do CONAMA. Então não é uma questão de conflito é uma questão de complementação que se somam. Essa Resolução pode ser muito bem lida como um limite que deve ter no combustível os limites máximos ambientais naqueles determinados componentes que estão lá listados. A especificação é muito mais ampla do que isso, entre um monte de outras coisas que não dizem respeito à gente. Agora, o teor de enxofre interessa à gente. O componente de hidrocarbonetos também interessa à gente. Então eu não acho que é um conflito, eu acho que ambas as situações podem conviver plenamente. O Conselho definindo os limites máximos que afetam o Meio Ambiente e a ANP fazendo sua especificação completa no que se refere à especificação específica para o combustível que vai ser colocado na rua. Não cabe a nós também por outra face tentando consertar um pouquinho a fala de Paulo, se me permitir Paulo, que nós não vamos fazer especificação de combustível para o posto de gasolina. O que nos interessa é quais são os componentes lá dentro e suas limitações. Então tem que ser essa sutil diferença tem que ser bem percebida para que os dois órgãos de governo possam trabalhar juntos para a melhoria da questão ambiental no país.

607

Volney Zanardi Júnior - MMA

608

609

610

611

612

613

614

615

616

617

618

619

620

621

622

Obrigado, Roberto. Eu pergunto aos Conselheiros, eu acho muito importante aproveitar esse momento para esclarecimentos. São questões complexas que envolvem aspectos técnicos, aspectos de papéis, e todo esse processo tem uma história. Então nós não podemos fazer uma análise sem considerar essa história do processo. Nós estamos com esse processo que já foi encaminhado na última reunião, à Câmara Jurídica. Eu não vejo, acho que tanto as exposições que apresentaram aqui no plenário, Paulo e Roberto são posições que são convergentes, eu não vejo nenhuma diferença maior. Eu proporia como encaminhamento, uma vez que eu acho que essa é uma questão extremamente relevante, ela trata de um trabalho articulado que nós temos que desenvolver com ANP, e eu mesmo me lembro do processo de implementação na região metropolitana em Porto Alegre como foi relevante, isso sob o aspecto de melhoria da qualidade no ar em Porto Alegre naquela época, e esse processo muito bem articulado com os órgãos que regulamentam o padrão de combustível é fundamental. Então, a minha proposta, até porque esta é uma primeira reunião da Câmara Técnica, é que nós aguardássemos o retorno da Câmara Jurídica e não perdêssemos esse tempo, no sentido de já até consultar um pouco em relação à propostas que estão se desenvolvendo no âmbito do próprio IBAMA que o Paulo mencionou aqui.

623

Paulo Macedo - PROCONVE

624

625

626

627

628

629

630

Eu gostaria de fazer uma sugestão à Câmara Técnica de encaminhamento. E gostaria de saber se a Câmara Técnica, não sei se regimentalmente pode determinar ou solicitar ao IBAMA que pegando as palavras do Roberto que mandasse para a gente quais são as necessidades em termos de especificação de combustível ou em termos de valores máximos de quais elementos dentro dos combustíveis comerciais necessários para a fase de 2009. Que a Câmara Técnica provocasse o IBAMA para a gente responder isso urgentemente.

631

Volney Zanardi Júnior - MMA

632

633

634

635

636

637

638

Os nossos Conselheiros, o que pensam? Então entendemos que há uma sugestão relevante e que vem ao encontro dessa preocupação de o mais rápido possível dotar nossos Conselheiros das informações necessárias para análise desse processo. Então, eu acho bom registrar a necessidade de solicitar ao IBAMA que informe sobre o entendimento do IBAMA em relação à questão de níveis de poluentes nos combustíveis. Podemos concluir esse ponto então? Consultar o próximo ponto agora que será o de sabão em pó que trata sobre o processo 200001398/2002-5. Que expõe sobre a regulamentação do uso de sabão em pó contendo fósforo. São 11h30, e

639 espero que seja tranqüila a discussão, no sentido da gente conseguir estender até meio-dia, 12h30. Gostaria de
640 ver se a gente conseguia pegar mais... O outro ponto é Proconve. Certo?

641
642 **Paulo Breno de Moraes Silvério - ANA**

643
644 Esse processo aí foi a Resolução 359, estabelecer os níveis de sabões e estabelecer se seria criado um grupo para
645 acompanhamento da Resolução. Na verdade, a criação desse grupo veio se delongando. Na última reunião o
646 Conselheiro Cláudio Alonso designou um engenheiro, o Eduardo Beviláqua para coordenar a implantação desse
647 grupo. Agora, eu esqueci de me apresentar, sou Paulo Breno da Agência Nacional de Águas. Os principais
648 participantes aí ou atores, uma série de atores, mas os principais, eu posso dizer que foram CETESB, a ABIPLA e a
649 ANA e o entendimento da gente é que seriam começados os trabalhos. Mas até agora esse trabalho, por
650 estranheza minha, que teriam sido definidos os pontos, porque a gente estava conversando com o pessoal e não
651 estou sabendo dessa definição. Até agora não foi feito contato nenhum e a gente está preocupado também. A
652 ANA poderia colaborar e fornecer dados e tudo, mas a idéia era a gente participar com um grupo, mas esse grupo
653 até agora não começou as atividades.

654
655 **Volney Zanardi Júnior - MMA**

656
657 Perfeito. Eu queria fazer duas coisas no caso da questão da dinâmica. Eu queria ver se os Conselheiros poderiam
658 vir à mesa que fica mais fácil solicitar a participação e a gente perde menos tempo com deslocamento do microfone.
659 E eu também até por uma questão de método, sempre abro e gostaria de abrir cada ponto com uma apresentação
660 da assessoria do CONAMA, para a gente ter sempre um referencial da secretaria. Por isso que eu solicitaria que a
661 Cleide fizesse uma rápida introdução sobre esse assunto para depois a gente consultar aos senhores Conselheiros
662 e abrir uma argumentação maior.

663
664 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

665
666 O representante da ANA já falou sobre o motivo da criação desse grupo, e a notícia que nós tínhamos é que já
667 havia um monitoramento, que alguns estados, porque é uma articulação entre São Paulo, Rio de Janeiro, Minas
668 Gerais e Rio Grande do Sul, se não me engano, que são os estados que tem capitais com grandes aglomerados
669 humanos e com isso nós tínhamos notícia de que esses Estados estariam fazendo seu monitoramento. O grupo
670 custou a se implantar, até por uma questão de saber de quem era a coordenação, até que se definiu que seria
671 então da CETESB com o Beviláqua. Nós estamos aguardando já os relatórios, alguns resultados, e é essa notícia
672 que eu espero que vocês dêem de primeira mão para a gente. Nós, ao recebermos esses relatórios, o CONAMA irá
673 disponibilizá-los e apresentar ao plenário. Só complementando, a ABIPLA na reunião passada manifestou seu
674 interesse em participar das análises que serão feitas, porque a ABIPLA parece que já faz monitoramento e somaria
675 o seu monitoramento, seus dados para análise desse grupo de monitoramento.

676
677 **Volney Zanardi Júnior - MMA**

678
679 Obrigado, Cleide. Agora eu acho que senhoras e senhores Conselheiros, algum encaminhamento em relação a
680 proposta, discussão? Gostaria de primeiro concluir? Depois a ABIPLA

681
682 **Paulo Breno de Moraes Silvério - ANA**

683
684 Eu só queria concluir que a ANA, a gente tinha conversado com o Conselheiro Cláudio Alonso e tinha o
685 entendimento do trabalho conjunto e, na verdade a CETESB tem dados de monitoramento, a ANA recebe dados de
686 monitoramento de uma série de estados e poderia disponibilizar. E o que eu entendo que a representante da
687 ABIPLA tem falado sobre o tipo de dados, que eu entendo que sejam mais dados de mercado, mas esclarece e o
688 que a gente precisaria, porque os dados são muitos e a gente precisa se reunir para saber quais pontos. A gente, a
689 gente sabe que a CETESB passou por um processo de reestruturação lá e então a gente está querendo realmente
690 que isso... talvez... sugere que a coordenação entre em contato com o Beviláqua, me parece que ele inclusive
691 assumiu novos cargos e então que a coordenação talvez devesse contatar o Beviláqua para ver se realmente vai
692 assumir ou indicar alguém mais e a gente poderia....

693
694 **Maria Eugênia P. Saldanha - ABIPLA**

695
696 A gente acompanhou realmente esse assunto, a gente acompanha de perto desde o início e na reunião passada foi
697 nomeado o José Eduardo Beviláqua como coordenador. Mas o que eu gostaria de ressaltar é que a partir desse
698 momento desde a definição dos pontos de amostragem como sistematizar que pontos seriam levados em
699 consideração, realmente nós não tivemos nenhuma reunião efetiva para fazer isso. E até nos surpreendeu os
700 pontos terem sido definidos, muito embora tenhamos sido informados. Mas naquela reunião ficamos de fazer uma
701 reunião do grupo de trabalho o que não ocorreu. E realmente, a ANA havia se manifestado sobre essa sua intenção
702 de participar e acho que é necessário. Eu reforço o pleito do Paulo de um contato com a coordenação do grupo

703 para que a gente faça um trabalho em conjunto, não sejamos meros acompanhantes sendo informados do que vai
704 acontecer. Porque foi assim a sistemática do Grupo de Trabalho quando se iniciou em 2002, 2003, funcionou, foi
705 uma Resolução de consenso aplaudida, eu lembro que por todo o CONAMA. Então eu gostaria e acho importante
706 que continue assim, com a contribuição de todos os envolvidos. Sou Maria Eugênia Saldanha da ABIPLA-
707 Associação Brasileira das Empresas de Produtos de Limpeza e Afins.

708
709 **Volney Zanardi Júnior - MMA**

710
711 Obrigado. Eu acho que é um ponto pacífico nós vamos contatar a coordenação do GT e verificar quais são os
712 andamentos aí que a coordenação está prevendo ou se vai ser necessária uma indicação de uma nova
713 coordenação. Pode ser assim? Então concluído esse ponto, vamos para o ponto 3, que trata do processo
714 200000921/2002-78, sobre emissão de poluentes por fontes fixas. Vou pedir à assessoria que fizesse uma
715 apresentação inicial.

716
717 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

718
719 O Proconve é o seguinte?

720
721 **Volney Zanardi Júnior - MMA**

722
723 Está certo então. Então foi engano meu mesmo. Então passo a palavra para a doutora Cleide fazer essa primeira
724 apresentação sobre essa questão.

725
726 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

727
728 O Proconve votou à pauta da discussão, principalmente pela importância que se tem agora pelas mudanças
729 climáticas e da importância de se rever, de se consolidar as resoluções relativas ao Proconve. A Secretaria de
730 Qualidade Ambiental do Ministério de Meio Ambiente propôs, fez aqui as explicações, apresentou na reunião
731 passada as explicações e justificativas para uma revisão, visando já a implantação da segunda fase que é de 2009.
732 Já que em 2009 vai haver uma segunda fase, é importante que se comece a discutir com antecedência essa
733 segunda fase. O IBAMA manifestou a sua preocupação em que, ao fazer uma revisão ou abrir para uma
734 consolidação, se ampliasse demais a discussão e que se fugisse do foco da discussão. É essa a principal
735 preocupação, que o foco fosse ampliado de tal forma que nós perdêssemos o objetivo e pudéssemos atrapalhar o
736 andamento do Proconve que tem resultados bastante positivos, principalmente por causa da articulação que se faz
737 com toda a comunidade internacional e nacional. A proposta hoje poderia voltar para discussão com as novas
738 decisões tomadas, e a SQA e o próprio IBAMA estão aqui para prestar maiores esclarecimentos. Também o
739 objetivo é prestar esclarecimento a todos. Na Câmara Técnica nós deixamos para esta câmara tomar essas
740 decisões, de se criar ou não um Grupo de Trabalho para estudar diversos assuntos. A Câmara técnica antiga não
741 se sentiu à vontade em tomar uma decisão, sendo que seria sua última reunião e deixou a decisão para esta
742 Câmara Técnica. É por isso que esses assuntos estão voltando agora para uma decisão da nova Câmara Técnica
743 de Controle e Qualidade. A pergunta é se se cria ou não um Grupo de Trabalho para estudar essa fase de 2009.
744 Acho que é isso.

745
746 **Volney Zanardi Júnior - MMA**

747
748 Obrigado, Cleide. Bom, a palavra à disposição.

749
750 **Paulo Macedo - PROCONVE**

751
752 Bom, vou estar fazendo alguns esclarecimentos e se me permite um pequeno histórico. O Proconve ano passado a
753 gente comemorou 20 anos e foi criado através de uma revolução do CONAMA em 86 e foram 20 anos, durante os
754 20 anos teve dezoito resoluções do CONAMA. E é um programa, que eu diria que um dos poucos que foi
755 regulamentado através de Resolução do CONAMA, que tem resultados ambientais palpáveis e sentidos por todos
756 nós hoje no Brasil. A gente conseguiu reduzir em 98% o índice de emissão de fontes móveis no Brasil. Só para
757 citar um exemplo, a emissão média de um veículo antes do Proconve de monóxido de carbono que era o mais
758 preocupante na época que era aquele que mata mais rápido era de 54 gramas por quilômetro rodado, isso antes e
759 hoje essa meta é de 0,2 gramas por quilômetro rodado e quase uma redução total. E durante esses 20 anos, foi
760 adotada uma estratégia que a gente acha vitoriosa no sentido de negociar sempre antes de se regulamentar. Ou
761 seja, então o IBAMA sempre teve um papel importante nesse aspecto de aglutinar todos os atores envolvidos nesse
762 processo de fazer porque você regulamenta, nós somos o setor que regula e tem o regulado. O regulado tem que
763 estar sabendo e participando das discussões do que vai ser regulado para saber e colocar suas dificuldades. Então
764 essa estratégia que a gente vem adotando de primeiro sentar com o setor, discutir, fechar um acordo e trazer ao
765 CONAMA é uma estratégia que eu acho que é vitoriosa. Eu acho, não. Eu tenho certeza que é vitoriosa porque os
766 resultados estão aí. O que a SQA está propondo é que se crie um Grupo de Trabalho a partir de um zero para

767 pensar novas fases não seria nem a segunda, porque nós já estamos na sexta fase e 2009 já está regulamentado
768 pela 315 que é a Resolução do CONAMA, e então pelo o que eu entendi da proposta da antiga é que seria um
769 grupo para pensar novas fases. E aí a gente foi contra na época por dois aspectos primeiro que ia mudar a
770 estratégia de 20 anos que vem dando certo e acho que antes de chegar no CONAMA a gente teria que ter alguma
771 proposta para poder discutir a partir dessa proposta e não sair do zero que é mais difícil e segundo, porque a gente
772 tem um problema sério para implementar 2009. Então a gente iria gastar energia pensando pós 2009 se a gente
773 não tem ainda certeza de 2009, e então nesse momento a gente foi contra por esse aspecto. E acho que seria
774 temeroso gastar energia criando um grupo de trabalho, além da estratégia mudar completamente nos últimos 20
775 anos, também porque este gasto de energia... ao invés de centrar energia para resolver o problema mais imediato
776 que é 2009 que a gente tem junto com ANP e a área de energia. Ou seja, todo o setor que fez o acordo com a
777 gente em 2002 com a 315, está esperando uma resposta do governo nesse caso com relação à especificação de
778 combustível para 2009. Então essa nossa posição em não se criar esse Grupo de Trabalho agora, é exatamente
779 para não dividir os esforços sendo feitos no sentido da gente conseguir realmente cumprir 2009, que seria a única
780 fase que não teria sido, nesses 20 anos, cumprida pelo Proconve, ou seja, todas elas até hoje nunca houve nenhum
781 problema. Todas as etapas previstas foram cumpridas nos prazos previstos, somente essa que tem esses
782 problemas sérios, por isso que a gente foi contra a criação do Grupo de Trabalho nesse momento.

783 **Volney Zanardi Júnior - MMA**

784 Representante da SQA, agora é SEMUC, Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade.

785 **Alexandre Tomio - SEMUC**

786 Bom dia a todos, sou Alexandre da SEMUC, antiga SQA. Só para colocar o porquê, a gente tinha proposto a
787 criação do GT para as novas fases do Proconve pós 2009. Na realidade tinha um intuito mesmo de fortalecer, para,
788 inclusive nas próximas fases, não ter os transtornos que estamos tendo com ANP, mas no sentido de fortalecer e
789 nada mais justo do que o apoio do CONAMA. E também para ampliar um pouco no sentido de também atender às
790 mudanças climáticas, que é o novo enfoque do Ministério, tanto é que a Secretaria mudou de nome para também
791 contemplar o CO2 e foi mais nesse sentido, que a gente propôs o GT. Agora, o problema é que estamos em
792 reestruturação, mas a nossa posição ainda é que se crie um grupo no âmbito do CONAMA nesse sentido.

793 **Volney Zanardi Júnior - MMA**

794 Eu estou pedindo um esclarecimento aqui, porque eu não consegui pegar da apresentação do Paulo, não sei se os
795 Conselheiros conseguiram também depreender como essa questão chegou até a Câmara Técnica, em que sentido.
796 Porque eu perguntei se houve, mas não houve uma formalização até para a Câmara Técnica, estamos querendo
797 levantar como nasceu essa solicitação, porque pelo menos a minha experiência às vezes a coisa nasce com uma
798 intenção e a gente começa a deliberar no outro sentido depois. E a minha preocupação é que eu gostaria de ver o
799 que está na solicitação da criação desse GT e não consegui ainda achar no processo. Por isso que eu gostaria de
800 fazer esse registro e consultar aos senhores Conselheiros se também querem mais alguns esclarecimentos sobre
801 essa questão. Por favor, doutora.

802 **Andréa A. Saraiva de Lima - IEMA/ES**

803 Também não entendi o posicionamento da SEMUC com relação a esse GT, não ficou claro. Seria de repente
804 interessante propor uma apresentação numa próxima reunião, ou enfim, alguma outra forma da gente entender
805 melhor, como o Volney falou, porque chegou até aqui essa discussão.

806 **Volney Zanardi Júnior - MMA**

807 Seria uma questão mais de ordem até, estou apresentando aqui no sentido de que eu sugiro que nós venhamos a
808 avançar nessa discussão a partir do momento que a gente identifica uma clara solicitação de criação de GT. Por
809 isso que eu fiz essa pergunta aos colegas que estavam já aqui nas reuniões anteriores. Doutor Roberto e depois o
810 doutor

811 **Roberto Monteiro – Ex-Conselheiro Honorário do CONAMA**

812 Obrigado, Senhor Presidente. Realmente, Proconve é um programa de inegável sucesso e estratégia muito bem
813 definida nesses últimos 20 anos, e o alcance das suas metas tem sido gradativo e perene e têm sido alcançadas
814 todas as metas. Me preocupa exatamente essa preocupação levantada pelo Paulo de perdemos foco já que temos
815 uma meta de 2009 a ser alcançada e todos os esforços serem dedicados a ela. E tem uma outra preocupação que
816 ficou numa questão de fundo eu não sei se li ou ouvi o colega de mudanças climáticas falar da preocupação com o
817 CO2. Eu lhe confesso que como engenheiro, e essa tem sido a tônica do Proconve, a grosso modo a gente poderia
818 dizer que tudo foi feito no Proconve para que num produto tipicamente de combustão interna fossem aperfeiçoados

os níveis de combustão de forma que poluentes acessórios, tipo CO que é resultado de combustão incompleta e tudo mais fossem minimizados e fosse um sucesso total, só que quimicamente o que aperfeiçoa o processo de combustão o resultado é CO2 mais água, e então aí uma outra preocupação de como é que vai reduzir CO2. Só se for mudança, sei lá. Deficiência energética, tudo bem. Agora há uma preocupação aí de fundo, se é isso, eu estou preocupado também com o que o Presidente colocou. Qual é, na verdade a colocação. Não está muito claro para mim essa questão da criação de um Grupo de Trabalho, já que isso pode significar um desfocamento dos esforços que são necessários. Eficiência energética a gente tem buscado sempre. Modo contínuo não vão achar nunca, mas no momento que a gente tem...

Volney Zanardi Júnior - MMA

Por favor, eu pedi para não haver esse tipo de pingue-pongue senão nós vamos perder nosso foco aqui, e eu apresentei já uma questão acho que relevante para essa discussão porque não está claramente definido no âmbito do processo o objeto da criação desse GT.

Paulo Macedo - PROCONVE

Exatamente Senhor Presidente, por não haver um objetivo definido é que me preocupa a criação do GT e aí essa discussão vai para o grupo e termina não saindo nada. E quanto ao CO2 é bom esclarecer o seguinte, é de controle de emissão de poluentes. O CO2 não é um gás poluente, muito pelo contrário, não faz mal para planta, para homem, não faz mal para ninguém, é um gás de efeito estufa, é outra história, é outra coisa não é o objetivo do Proconve e nunca foi. O programa de eficiência energética isso é uma lei federal, que é implementada pelo Ministério de Minas e Energia que trata disso inclusive, e tem grupo de trabalho hoje trabalhando que a gente faz parte e está determinando o índice de eficiência energética, e aí chega no resultado que está se buscando com relação a CO2. Mas vale salientar CO2 não é poluente, e portanto nunca foi objetivo e nem é objetivo de nenhum programa de controle de emissão de poluente do mundo dos Estados Unidos, da Europa, Japão, ninguém limita CO2. Está começando a ser discutido isso como um gás de efeito estufa e não como poluente de fontes novas.

Volney Zanardi Júnior - MMA

Obrigado, Paulo. Alexandre.

Alexandre Tomio - SEMUC

Eu peço desculpas, porque eu não estava acompanhando esse processo anteriormente. Então, eu não sei como é que foi encaminhado ao CONAMA, e assim as pessoas que estavam acompanhando não puderam estar presentes aqui. Uma está viajando e a outra está de licença maternidade, mas o que eu tentei passar é apenas o que era a posição do diretor antes da reformulação. Inclusive, até eu gostaria de sugerir conforme, se não me engano, a Cleide sugeriu, de uma apresentação na próxima reunião, porque eu só tive a oportunidade de falar rapidamente com o novo diretor, o Rudolph, e não foi passada uma posição sobre esse assunto, então inclusive eu estou apenas reportando à posição anterior. Então assim seria possível explicar melhor o posicionamento da SEMUC após a reestruturação e o porquê que gostaria de manter o GT.

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

Eu gostaria só de lembrar que de mudanças climáticas e o pedido para que todos os segmentos que tem uma uma relação de interface com mudanças climáticas que se mobilizem para estudar a questão profundamente e apresentar propostas. Então eu acho que essa proposta que essa mobilização induziu também à antiga SQA a fazer essa proposta para a gente, e a gente então vai mobilizar para que essa proposta venha por escrito e a gente disponibiliza, e na próxima reunião nós vamos ter um encaminhamento do que nós poderemos fazer, se vocês concordarem com esse encaminhamento.

Wanderlei Coelho Batista - CNI

Por favor. Bom dia, Senhor Presidente. Wanderlei da Confederação Nacional da Indústria. Eu particularmente compartilho com a opinião técnica do IBAMA. Eu acho que a questão do Proconve não caberia fazer esse encaminhamento para emissão do CO2, eu acho que fica prejudicado, o fórum não seria esse. E então teria que buscar um outro fórum para se fazer atendimento do requerimento da antiga SQA do Ministério do Meio Ambiente para que se possa estudar e debater as questões de emissões de CO2, mas me parece que no Proconve isso fica prejudicado e seria até complicado tentar novamente fazer um encaminhamento sobre esse assunto por conta da característica do Proconve, apenas isso.

Volney Zanardi Júnior - MMA

895 Mais alguma consideração dos Conselheiros? Eu vou propor o seguinte encaminhamento, que nós venhamos a
896 solicitar à SEMUC que formalize essa intenção que foi ainda muito sobre uma forma de intenção que apareceu na
897 reunião do seminário em janeiro, não foi isso? Quando foi que apareceu essa discussão dessa relação do
898 Proconve em que momento surgiu essa demanda?
899

900 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

901 Desde o ano passado.

902
903
904 **Volney Zanardi Júnior - MMA**

905
906 Tá, eu acho que para uma questão até de métodos de trabalho que a Secretaria, a SEMUC, faça uma provocação à
907 Câmara Técnica no sentido de definir mais claramente qual é o objeto, e a partir dessa solicitação a gente venha a
908 pautar novamente a discussão da Câmara Técnica.
909

910 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

911
912 Eu pediria só mais um momento para a gente não deixar alguma coisa em dúvida. O representante da SQA
913 defendeu a criação de um Grupo de Trabalho para já iniciar as tratativas das novas fases pós 2009 para veículos
914 pesados, leves e para motocicletas especificamente no que diz respeito a componentes voláteis e NOx, a questão
915 dos veículos pesados pode ficar comprometida por conta de não se definir como vai ser o cumprimento da fase
916 Proconve 6, eu falei 2, e me enganei. E o Conselheiro Agostinho é que recomendou que essa revisão fosse num
917 nível não a partir das resoluções que o CONAMA já aprovou no passado, mas tentar avançar em outras questões
918 que não apenas as questões de níveis de emissão, poder-se-ia tentar trabalhar numa nova versão, inclusive com
919 algumas metas e tentar ir além, por exemplo, em relação ao dióxido de carbono, trabalhar com metas para
920 modificação da matriz energética para o transporte coletivo, etc. Então houve depois a ampliação do foco da SQA.
921

922 **Volney Zanardi Júnior - MMA**

923
924 Eu acho que eu gostaria de manter o encaminhamento da formalização para que nós entrássemos numa discussão
925 e acabássemos tratando de outra questão, eu acho que eu tenho uma preocupação muito grande com a eficiência
926 do nosso trabalho aqui, e acho que seria temerário nós começarmos a discutir questões que muitas vezes não têm
927 uma clara definição de foco. Então o nosso encaminhamento seria no sentido de solicitar à Secretaria de Qualidade
928 que encaminhasse uma solicitação no caso de criação de grupo de trabalho que definisse claramente qual é o
929 objeto desse Grupo de Trabalho. De outra forma tem uma sugestão do doutor Alexandre sobre a apresentação do
930 Proconve, de uma apresentação tanto da Secretaria de Qualidade como do IBAMA, eu acho que até poderiam
931 trabalhar juntos nessa apresentação à Câmara Técnica. E eu consulto aos senhores Conselheiros se acham
932 pertinente, se seria útil nesse momento esse tipo de apresentação. Mas a gente tem que se preparar, Paulo. Por
933 favor, Conselheira Andréa.
934

935 **Andréa A. Saraiva de Lima - IEMA/ES**

936
937 Andréa do Governo do Estado de Espírito Santo. Eu acho pertinente sim a questão das apresentações, porque eu
938 estou entrando agora na Câmara Técnica e é interessante para dar embasamento maior, principalmente com
939 relação ao pedido da antiga SQA que até o momento todo mundo está vendo que não é suficiente como
940 argumentação para criação de um grupo.
941

942 **Márcia Romanelli - Governo do Estado de Minas Gerais**

943
944 Minas Gerais também é favorável.
945

946 **Volney Zanardi Júnior - MMA**

947
948 Certo. Até já encaminhando nessa direção, nós devemos então articular com IBAMA e a SEMUC uma
949 apresentação sobre essas questões Proconve e até procurando justamente já encaminhar um pouco para essa
950 discussão do próprio GT qual é o objetivo, a utilidade e vantagens e desvantagens de um Grupo de Trabalho e o
951 representante da CNT o doutor Gustavo fez um comentário após nós termos terminado aquele primeiro ponto,
952 porque eu acho que esse ponto está encaminhado mas como tem relação com a questão da ANP e com a questão
953 Proconve eu gostaria que ele fizesse a consideração que ele me fez fora do microfone. E então está encaminhado
954 no sentido que nós aguardarmos uma provocação definindo claramente qual seria o objeto desse GT e
955 paralelamente nós devemos nos preparar para a próxima reunião da nossa Câmara Técnica uma apresentação
956 tanto do IBAMA como da Secretaria de Qualidade relativa a essa temática.
957

958 **Gustavo Felice de Barros – CNT**

959

960

961

962

963

964

965

966

967

968

969

970

971

972

973

974

975

976

977

978

979

980

981

982

983

984

985

986

987

988

989

990

991

992

993

994

995

996

997

998

999

1000

1001

1002

1003

1004

1005

1006

1007

1008

1009

1010

1011

1012

1013

1014

1015

1016

1017

1018

1019

1020

1021

1022

Quanto à questão da revogação da 321, foi proposta que se fizesse uma consulta ao IBAMA, que o IBAMA esclarecesse melhor como se daria isso. Eu acho também que a ANP tem que ser consultada e tem também que vir e nos esclarecer e que esse conflito que está existindo entre IBAMA e ANP seja mais claro, fique mais claro. E acompanhando o raciocínio do doutor Roberto, onde está o ponto nisso para que a Câmara Técnica possa deliberar sobre isso e chegamos num ponto comum. A idéia é essa. E a questão do Proconve também já pegando o assunto de agora, a CNT tem bastante interesse nisso, porque nos afeta diretamente a questão das nossas emissões, mesmo porque nós estamos com um programa agora para diminuir emissões, agora não, já há bastante tempo a continuidade de outro programa, agora nós estamos dando maior ênfase nesse programa. OK? Obrigado, Presidente.

Volney Zanardi Júnior - MMA

Por favor, Paulo depois o Roberto.

Paulo Macedo - PROCONVE

Bom, eu só queria esclarecer o primeiro ponto. Não existem melhores esclarecimentos, o IBAMA já se posicionou num processo de parecer ponto por ponto nessa questão. O que eu solicitei foi demandado pela Câmara Técnica foi o seguinte. O IBAMA vai informar quais as necessidades em termos de combustível para a meta de 2009. Então eu vou dizer teor de enxofre tanto, hidrocarboneto tanto. Isso que a gente vai provocar a ANP que na verdade vem discutindo. Não existe nenhum, digamos, impasse entre ANP, o que existe foi uma quebra de acordo por parte da ANP, porque de 2000 a 2002, se negociou essa 315, e a ANP estava presente, sentada na mesa e fechou o acordo, quando a 315 foi aprovada estava todo mundo acordado. E o que ela pediu na época foi tempo, quatro anos que já tiveram e se passaram de 2002 para cá, e ela não fez nada. E então não existe impasse e na verdade desde 2002, ela sabia o que a gente precisava e sabia o que tinha que fazer. Não fez. Tem as razões dela só que as razões dela não são razões ambientais e então essa discussão é uma discussão que a nível de IBAMA, ANP e está no Ministério, porque o meu diretor e Presidente do IBAMA trouxe a nível de Ministério é uma questão política, já está para se resolver. A questão aí é, segundo a visão da ANP não precisa disso, é caro para o país baixar o teor do enxofre do óleo diesel e então não precisa e para o Ministério do Meio Ambiente e para o CONAMA é necessário sim, porque se trata de saúde e se trata de vidas e os trabalhos que a gente fez durante os 20 anos demonstra que, se você tiver um ar melhor, você gasta menos ou seja é mais barato para o país investir em qualidade do que a posição pura e simplesmente econômica que tem. É uma posição que não existem mais divergências técnicas e não quero reabrir nessa Câmara Técnica uma discussão que a gente vem fazendo desde 2002, porque não existe nenhuma se você perguntar para a indústria, se você perguntar para a Petrobrás que é quem vai fazer o diesel, a Petrobrás está pronta, o plano de investimento está lá no site, fazendo inclusive acordos paralelos com a Anfave, para fazer esse combustível. Assim como ela antecipou a retirada do chumbo da gasolina 89 em 2 anos, ela está pronta para fazer isso. Agora, a ANP acha que não deve especificar e não está fazendo é uma posição política. Então não têm divergências técnicas. A gente precisa de 0,5 de enxofre no óleo diesel em 2009 e a ANP diz que a gente não precisa. E então essa discussão subiu a um nível alto, está no Ministro e acho até que, por conta dessa reestruturação toda, deve estar parado em algum lugar, mas tem uma decisão urgente, e por isso que a posição de contra o grupo nesse momento é para a gente centrar esforços junto ao Ministério das Minas e Energia, junto à Indústria, junto ao Ministério de Meio Ambiente para fazer acontecer, porque essa decisão ela tem que ser tomada hoje, porque o tempo já está se esvaindo, se você não tomar essa posição até 31 de julho ou agosto, 2009 vai para as cucuias, e vai ser a primeira vez em vinte anos que o Proconve e alguém vai ter que assumir esse ônus e não somos nós com certeza, porque a gente vem trabalhando e nem a indústria e nem a Petrobrás. É isso então, quer dizer, você vê que já ficou uma coisa, não é pessoal, mas é uma coisa institucional. IBAMA e ANP sentaram várias vezes e muitas vezes fazia reunião sem IBAMA, e já teve até reuniões onde houve discussões ásperas entre o IBAMA, o Presidente do IBAMA e o diretor da ANP diretor não, porque eles nunca foram nem isso. ANP está brincando como agência com o IBAMA. O IBAMA desde 2003 que provoca através de comunicação oficial, de ofícios pedindo posicionamento e ela nunca respondeu nenhum ofício, a gente sabia das reuniões sobre o tema através da indústria e Petrobrás e ia de penetra e chegava lá e, claro que dava discussão. Eu não quero me comprometer de trazer para cá essas coisas porque essas coisas são passado já, já foram discutidas e não tem mais o que discutir tecnicamente.

Volney Zanardi Júnior - MMA

Então, só registrando que nós também iremos contatar a ANP. Eu queria só fazer uma proposta antes, uma questão de ordem, a maior parte dos próximos pontos são mais informes e eu sugeri que a gente tentasse um esforço de tentar mais a parte da manhã e tentar, vamos dizer assim, concluir no sentido de que talvez um pequeno espaço da tarde se a gente não conseguisse terminar. Então, eu consulto, senhores Conselheiros se a gente poderia tentar esticar, se houver algum problema maior aí a gente interrompe. Portanto, eu passo a palavra ao doutor Roberto, sendo que esse ponto já está encaminhado. Mais um esclarecimento.

1023 **Roberto Monteiro – Ex-Conselheiro Honorário do CONAMA**

1024
1025 Obrigado, Senhor Presidente. A colocação que eu faço mais é de caráter geral remetendo inclusive à aquela
1026 reflexão inicial. A minha grande preocupação tem sido sempre da articulação institucional e de que as diversas
1027 instituições, eu trabalho mais vinculado ao Conselho de Recursos Hídricos, mas também já trabalhei no Proconve
1028 junto com o Paulo e então esse rebatimento da articulação institucional onde nós temos parceiros e não
1029 antagonistas e me preocupa sempre essa questão de fundo e é interessante nessa pauta de hoje nós estamos
1030 falando de um assunto, nós estamos falando de assuntos de combustíveis e apareceu e surgiu esse pseudoconflito
1031 ou conflito virtual quanto a quem cabe especificar a questão de combustíveis e eu gostaria de estender essa
1032 reflexão, Senhor Presidente a um ponto que eu julgo interessante, até para comprovar que a ambos compete,
1033 naquilo que lhe cabem. O restante da pauta, por exemplo, poderia se argüir também que nós não deveríamos entrar
1034 na especificação de sabão. A quem cabe especificar sabão é a área de Vigilância Sanitária da Saúde, área do INPI
1035 de propriedade industrial a área do Imetro em termos de eficiência da remoção de sujeira, e essa coisa toda. Só que
1036 aqui nós não estamos especificando sabão, nós estamos especificando um determinado componente constituinte
1037 de sabão, que causa questões ambientais. Da mesma forma que nós não estamos especificando veículo auto
1038 motor, um motor de veículo, mas nós estamos especificando eficiências de motores que redundem em abatimento
1039 dos componentes dos poluentes, que é aquilo que nos interessa. E dentro desse conjunto de coisas, uma matéria-
1040 prima também é importante e portanto deve ser determinada em termos dos componentes, se é a condição para
1041 atender a fase 6 ou fase 7, a próxima é fase 7 ou fase 6? Eu não sei aí ao certo, mas não importa, se é
1042 fundamental, se é pré-requisito por questões ambientais uma composição de 0,5 miligramas de enxofre, não há de
1043 se discutir a competência de quem cabe especificar isso. Ambos têm competências, nós de determinarmos que na
1044 composição máxima tenham que ter para atender as questões de enxofre e a ANP especificar combustíveis que
1045 atendam a essa exigência inicial do próprio programa. Então o que eu quero tentar caracterizar com essa reflexão é
1046 o seguinte: não há conflitos não precisa existir conflito, nem de caráter virtual e essa linha de pensamento de que
1047 nós podemos trabalhar em conjunto cada um respeitando e complementando a informação de cada um, é
1048 complemento a do outro.

1049
1050 **Volney Zanardi Júnior - MMA**

1051
1052 Obrigado Roberto e eu gostaria de registrar a presença do Conselheiro André e vou passar a palavra para a
1053 apresentação.

1054
1055 **André Roberto Alliana – ANAMMA/Região Sul**

1056
1057 Bom dia a todas e todos, só me apresentar, André Roberto Alliana, Secretário Municipal de Meio Ambiente de Foz
1058 do Iguaçu, representando Entidades Municipais do Sul do país.

1059
1060 **Volney Zanardi Júnior - MMA**

1061
1062 Bom, eu passaria então ao ponto 5.2, processo 0200021/2002-68. Emissão de fontes fixas. Interessado é a
1063 Secretaria de Qualidade Ambiental, no caso agora SEMUC. Assessoria.

1064
1065 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1066
1067 Esse também foi mais uma decisão da Câmara técnica, aqui é Cleide quem está falando do CONAMA, e houve já
1068 uma Resolução aprovada que tratou sobre fontes fixas e tratou de forma modular de 13 fontes fixas. Existem ainda
1069 algumas fontes que são prioritárias e serão objeto de decisão dos seus valores e dos parâmetros a serem
1070 analisados e que vão constar agora de outras, não é Resolução, mas de um módulo que vai ser complementar
1071 dessa Resolução. Está previsto isso, e houve também à época da aprovação da discussão dessas
1072 reuniões...houve sempre uma posição das entidades governamentais ambientalistas para que se tratassem também
1073 das fontes que já estavam em funcionamento. E a posição do GT foi que, dada a grande variação delas, são
1074 múltiplas características, e que padronizar seria uma temeridade. Em função dessa diversidade, optou-se por tratar
1075 essas fontes fixas numa segunda etapa, até para não atrasar o trabalho das fontes novas, e com o compromisso
1076 que o CONAMA criaria um GT para estudar as fontes antigas. E discutida a questão com o mesmo espírito de não
1077 tratar e estabelecer apenas uma referência, uma recomendação a esta Câmara, foi decidido..., foi discutida a
1078 conveniência de se tratar de uma fonte até para se determinar a metodologia, se essa metodologia seria aplicável
1079 às outras fontes antigas já em funcionamento, e que o tipo de fonte seria motores de combustão interna. Isso está
1080 aberto à discussão, mas veio só como um indicativo. E seria também interessante, dada a experiência do
1081 coordenador neste Grupo de Trabalho de fontes fixas, que tivesse um grupo só, e este abordaria a questão das
1082 fontes complementares novas e também entraria em discussão essa fonte antiga, com esse modelo, com esse tipo
1083 de fonte fixa. E que nós iríamos trabalhar com subgrupos, para ser mais produtivo. Porque como foi feito em fontes
1084 fixas, nós tivemos um grupo de fontes fixas, mas subgrupos. Então os estados assumiram coordenações, por
1085 exemplo, de vidro, de madeira, de gás e etc, e a discussão final vinha para o Grupo de Trabalho. Com isso se
1086 agilizaram bastante os trabalhos. Então é essa a proposta que veio como indicativo para essa Câmara Técnica.

1087
1088 **Volney Zanardi Júnior - MMA**
1089

1090 Certo, então o que está em discussão seria esse objeto da criação do grupo, nós trabalhamos com dois grupos, um
1091 grupo e também uma questão que não é menor, a definição do coordenador desse Grupo de Trabalho. E então, eu
1092 consulto aos Conselheiros como eles vêem o encaminhamento dessa questão, que hoje chega aqui mais como um
1093 informe da nossa agenda. Eu não tenho preparado hoje para essa reunião aqui toda essa questão. E acho que a
1094 doutora Cleide fez uma apresentação geral, mas justamente por ser geral, ela não entra em detalhes, que eu acho
1095 que seriam importantes para se definir a característica desse Grupo de Trabalho. A minha proposta é que os
1096 nossos Conselheiros, se informassem um pouco mais de todo o material que já está sendo, já foi elaborado a partir
1097 da discussão dessa temática para que nós possamos construir um entendimento sobre a característica desse GT e
1098 possamos também avançar na sugestão de possíveis coordenadores para coordenar no caso esse GT. Então, eu
1099 gostaria de ver se poderíamos fazer esse encaminhamento, porque eu acho que não temos elementos hoje, e pelo
1100 menos eu não trabalhei em nenhuma questão de articular coordenação e não sei se as senhoras e senhores
1101 trataram dessa questão.

1102
1103 **Márcia Romanelli - Governo do Estado de Minas Gerais**
1104

1105 Eu acho que essa forma de encaminhamento para a gente está adequada.
1106

1107 **Andréa A. Saraiva de Lima - IEMA/ES**
1108

1109 Para o Espírito Santo também.
1110

1111 **André Roberto Alliana – ANAMMA/Região Sul**
1112

1113 ANAMMA de acordo.
1114

1115 **Volney Zanardi Júnior - MMA**
1116

1117 Então nós vamos trabalhar na informação dos senhores Conselheiros sobre essa temática e iremos tratar disso na
1118 próxima reunião, OK? Então esse ponto 5.2 também vencido. Então vamos agora ao 5.3, sabão também, então o
1119 processo 200000490/2005-92. GT sobre classificação e recursos ambientais para enquadramento para águas
1120 subterrâneas. Interessado CONAMA. Cleide.
1121

1122 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**
1123

1124 Nós sempre, em todo final de reunião nós apresentamos informes do andamento dos trabalhos. Esse GT de águas
1125 subterrâneas está na sua fase final. Com mais uma reunião, nós vamos apresentar já uma minuta de proposta à
1126 Câmara Técnica de Controle e Qualidade, e então eu acredito que na próxima reunião nós já tenhamos essa
1127 minuta. Vocês poderão consultá-la ante da reunião se houver tempo. Se nós tivermos cinco dias antes da reunião
1128 a minuta disponível vocês poderão consultá-la e trazer já, começar a discussão internamente.
1129

1130 **Volney Zanardi Júnior - MMA**
1131

1132 Então eu não sei, não nos resta muita alternativa a não ser aguardar, é São Paulo que está na coordenação não é?
1133 Devemos aguardar, então o encaminhamento à Câmara Técnica dessa Resolução para que nós possamos então
1134 tomar ciência, analisar e deliberar. OK? Então, o próximo ponto. O ponto 5.6, 02000.000917/2006-33 minuta de
1135 Resolução do CONAMA que dispõe sobre estabelecimento de critérios a presença de substâncias químicas para
1136 proteção da qualidade do solo e sobre diretrizes e procedimentos para gerenciamento de áreas contaminadas. O
1137 interessado é a SEMUC do MMA.
1138

1139 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**
1140

1141 Com relação aos informes desse GT nós não avançamos desde a última reunião. Eles estão quase no final e acho
1142 que mais duas a três reuniões também nós teremos já uma proposta de Resolução. Fizemos uma oficina em que
1143 vários consultores vieram discutir a questão de áreas contaminadas. A coordenação desse GT era do IBAMA, do
1144 Márcio que coordenava e o Márcio não está mais no IBAMA. E essa Câmara Técnica deverá definir essa
1145 coordenação. Isso poderá ser feito ainda hoje. A orientação do CONAMA é de que os grupos que estejam na fase
1146 final que sejam mantidas as coordenações com o aceite da CT, caso contrário, nós teremos que eleger um novo
1147 coordenador. Foi por isso que nós não fizemos nenhuma reunião até agora, desde até a oficina nós precisamos
1148 ainda consolidar, trazer, discutir o resultado dessas oficinas e a idéia então é discuti-la no mês de julho, nós temos
1149 ainda que convocar a reunião.
1150

1151 **Volney Zanardi Júnior - MMA**

1152
1153 Obrigado, Cleide, existe uma sugestão justamente nós estamos numa encruzilhada no sentido de que o
1154 coordenador que tratava dessa questão no GT era o doutor Márcio Freitas, que era o diretor de Qualidade
1155 Ambiental do IBAMA, e a idéia da reunião de hoje seria nós avaliarmos a possibilidade de já tentarmos providenciar
1156 a indicação de um novo coordenador para que se desse o início o mais rápido possível aos trabalhos desse Grupo
1157 de Trabalho.

1158
1159 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1160
1161 Um minutinho por favor também. Isso também é válido para águas subterrâneas, porque São Paulo não é mais
1162 dessa Câmara Técnica; mas existe uma abertura para que seja indicado que permaneça a indicação de uma
1163 coordenação, mesmo que não seja da Câmara técnica, desde que indicado por uma dessas instituições, no caso
1164 qualquer instituição presente poderia indicar essa coordenação. São Paulo também está valendo para águas
1165 subterrâneas.

1166
1167 **Volney Zanardi Júnior - MMA**

1168
1169 Isso muito devido ao fato de que são Grupos de Trabalho que se estendem já há longo tempo e estão numa fase
1170 final, um problema de continuidade.

1171
1172 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1173
1174 Águas subterrâneas é só mais uma reunião.

1175
1176 **Volney Zanardi Júnior - MMA**

1177
1178 Então obrigado, Cleide. Uma sugestão seria que a gente mantivesse a coordenação no IBAMA para, no caso, eu
1179 acho que seria a Diretoria de Qualidade Ambiental, a doutora Adriana que daria continuidade ao trabalho que era,
1180 vamos dizer assim, exercido pelo doutor Márcio. Por favor, doutora Adriana.

1181
1182 **Adriana Maximiano – IBAMA**

1183
1184 OK, Senhor Presidente dessa Câmara. Caso seja de concordância, o IBAMA se mantém à frente da coordenação
1185 desses trabalhos. Agradeço a possibilidade de fazê-lo. .

1186
1187 **Andréa A. Saraiva de Lima - IEMA/ES**

1188
1189 Espírito Santo de acordo.

1190
1191 **Márcia Romanelli - Governo do Estado de Minas Gerais**

1192
1193 Minas Gerais de acordo.

1194
1195 **André Roberto Alliana – ANAMMA/Região Sul**

1196
1197 ANAMMA de acordo.

1198
1199 **Volney Zanardi Júnior - MMA**

1200
1201 Então dentro dessa questão cumprimentamos a nossa nova coordenadora do GT a doutora Adriana que terá essa
1202 missão de conduzir esse momento final do GT. Próximo ponto. Por favor a CNI.

1203
1204 **Wanderlei Coelho Batista – CNI**

1205
1206 Cumprimentando a nossa nova Presidente da GT de águas contaminadas, a CNI enviou aproximadamente há duas
1207 ou três semanas um requerimento à Diretoria do CONAMA pedindo que a gente tivesse acesso ao modelo dessa
1208 tese, porque é o modelo básico de toda a Resolução para que a gente possa realmente debater mais a fundo e
1209 nivelar conhecimentos com o setor industrial e o setor acadêmico também está pedindo e queria ver se isso podia
1210 ser agilizado para agilizar o próprio trabalho do GT que é uma questão que eu queria até saber se houve algum
1211 encaminhamento interno dentro do CONAMA por causa disso.

1212
1213 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1215 Sim, nós respondemos esse ofício, entramos em contato com a CETESB perguntando sobre os procedimentos e
1216 confirmando aquilo que a gente lembrava do que tinha sido acordado na oficina, principalmente. Quem precisar,
1217 quem quiser acessar esse programa, tem que entrar em contato direto com a, eu darei o endereço e o telefone, o e-
1218 mail e vocês devem entrar em contato, porque existe um formulário de propriedade e existe um formulário para ser
1219 preenchido e assim que for preenchido no trâmite processual vocês terão acesso a isso.

1220
1221 **Wanderlei – CNI**

1222
1223 Perfeito, isso foi mandado à gerência da CNI, não é isto?

1224
1225 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1226
1227 Foi, foi sim.

1228
1229 **Wanderlei – CNI**

1230
1231 Tudo bem, obrigado.

1232
1233 **Volney Zanardi Júnior - MMA**

1234
1235 Esclarecido? Então, concluído esse ponto, vamos ao item 5.7 agora, o último ponto da nossa agenda de trabalho.
1236 É o processo 00200000782/2001-40 Infra-Estrutura de Comunicação em Áreas Urbanas e a interessada é a
1237 Associação Nacional de Municípios do Meio Ambiente. Primeiro gostaria de passar a palavra à assessoria e depois
1238 para posicionar essa exposição. É a parte de infra-estrutura e telecomunicações em áreas urbanas.

1239
1240 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1241
1242 Sim, esse processo já fez parte da pauta da Câmara Técnica e por solicitação do Ministério da Saúde ele foi
1243 retirado com a seguinte argumentação e a seguinte justificativa. Nós não temos atualmente procedimentos, nós
1244 não temos dados suficientes para deliberar sobre essa questão das radiações eletromagnéticas produzidas por
1245 fontes, por antenas de televisão que era o início, como se iniciou antes. Nós ainda discutimos algumas vezes até
1246 internamente dentro do CONAMA e depois percebemos que a discussão também está sendo feita no Senado, na
1247 Câmara, no Congresso Nacional em que se diz que as linhas de transmissão, as linhas de radiadores eles também
1248 são fontes significativas de energia eletromagnética e que deveriam ser contempladas. À época ia haver uma
1249 reunião em Genebra e essa reunião deveria trazer várias contribuições para a decisão do Governo Brasileiro e de
1250 outras instituições. No Congresso nós participamos de algumas reuniões desse seminário e a gente viu que existe
1251 uma massa crítica de dados que poderia ser estudada. Então, eu trago à consideração dessa Câmara Técnica
1252 sobre a pertinência de se criar ou não um grupo de trabalho para discutir essa questão das telecomunicações.

1253
1254 **Volney Zanardi Júnior - MMA**

1255
1256 Conselheiro André.

1257
1258 **André Roberto Alliana – ANAMMA/Região Sul**

1259
1260 Bom, a ANAMMA está colocada como interessada, mas eu de fato estou assumindo a Câmara Técnica hoje, eu não
1261 cheguei a pegar maiores dados e então talvez como solicitação, eu não sei se os demais membros da Câmara
1262 Técnica já tem conhecimento da matéria, eu teria que eu pessoalmente me inteirar melhor e talvez a gente na
1263 próxima reunião da Câmara Técnica pudesse estar deliberando sobre o tema. E eu pelo menos para falar em nome
1264 da ANAMMA. Eu sei que a matéria é importante e precisa ser discutida. Eu não tenho ainda o argumento e
1265 condições técnicas para ser feita. Sei que isso atinge os municípios em cheio e por isso que a ANAMMA tem
1266 interesse, não só a questão do eletromagnetismo que essas antenas acabam gerando no entorno, mas não só por
1267 isso, também pela sua poluição visual. Tem dado de todas as regiões urbanas que nós temos e então sem dúvida
1268 nenhuma é um tema que merece ser debatido e deve ser debatido, mas eu prefiro, talvez quem sabe, apontar esse
1269 encaminhamento na próxima reunião, se for assim o entendimento dessa Câmara Técnica.

1270
1271 **Volney Zanardi Júnior - MMA**

1272
1273 Por favor, Conselheira Andréa.

1274
1275 **Andréa A. Saraiva de Lima - IEMA/ES**

1276

1277 Mais uma vez aqui também sou uma Conselheira entrando hoje, também mais dados para a gente levar à frente as
1278 discussões. Vocês como proponentes trazer alguma apresentação para que o Conselho tenha mais base nessas
1279 deliberações.

1280
1281 **Volney Zanardi Júnior - MMA**

1282
1283 E Minas Gerais?

1284
1285 **Márcia Romanelli - Governo do Estado de Minas Gerais**

1286
1287 Estamos de acordo também.

1288
1289 **Volney Zanardi Júnior - MMA**

1290
1291 Eu não sei se talvez a gente pudesse encaminhar à ANAMMA e articular com a Secretaria de Qualidade, com o
1292 próprio IBAMA. Pensasse num painel sobre essa questão apresentando, vamos dizer assim, o que tem de questões
1293 técnicas científicas e até acúmulo no aspecto legal, procurando retomar essa discussão que já ocorreu aqui na
1294 Câmara Técnica em algum momento e dando condições para que se delibere sobre a necessidade e conveniência
1295 na criação de um GT para tratar dessa questão. O nosso encaminhamento é que ANAMMA e em articulação com o
1296 Ministério ou com o IBAMA definisse um painel para que a gente tivesse diferentes perspectivas, porque eu acho
1297 que essa é uma questão bem polêmica, e tem uma série de limitações sobre aspecto científico e mais como a
1298 própria doutora Cleide mencionou avanços tem sido feitos e acho que cabe a essa Câmara Técnica acompanhar e
1299 se atualizar sobre essa questão. Poderíamos encaminhar assim?

1300
1301 **André Roberto Alliana – ANAMMA/Região Sul**

1302
1303 ANAMMA de acordo.

1304
1305 **Márcia Romanelli - Governo do Estado de Minas Gerais**

1306
1307 Minas Gerais de acordo.

1308
1309 **Andréa A. Saraiva de Lima - IEMA/ES**

1310
1311 Espírito Santo de acordo.

1312
1313 **Volney Zanardi Júnior - MMA**

1314
1315 Então encaminhado o ponto 5.7. Nós temos dois informes rápidos que a doutora Cleide vai nos apresentar.

1316
1317 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1318
1319 Um deles é sobre efluentes. Houve um parecer do Governo de São Paulo e ele já estava na Câmara Técnica de
1320 Assuntos Jurídicos, e em função desse parecer que será, não sei se está disponibilizado na Câmara Técnica já,
1321 mas nós vamos também disponibilizar na Câmara Técnica aqui hoje, para que vocês possam acompanhar esse
1322 parecer, pedido de vistas em que ele pede o retorno numa série de argumentos aí para essa Câmara Técnica. A
1323 partir da próxima reunião, ele estará então na pauta dessa reunião. Um outro informe também, é sobre um pedido
1324 de vistas sobre o Processo de Audiências Públicas. A CNI pediu vistas, e então nós vamos aguardar o parecer
1325 também dela sobre audiências públicas. Pode complementar Marcelo, por favor.

1326
1327 **Marcelo Assis - Secretaria Executiva do CONAMA**

1328
1329 Só esclarecendo, lembrando que o pessoal da Câmara Técnica não acompanhou a discussão da Câmara Técnica
1330 anterior. O processo de efluentes ele foi criado em função da Resolução 357 que num artigo não me lembro qual
1331 era, agora o 34, estabeleceu que o CONAMA complementaria onde coubesse os padrões para lançamento de
1332 efluentes. Em função disso, foi criado um GT, e ele optou por mexer o mínimo possível naquela tabela só fazer
1333 pequenas correções e encaminhou isso para a Câmara Técnica. A Câmara Técnica entendeu que aquela revisão
1334 não complementava e propôs encaminhar aquela correção para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, mas com
1335 recomendação de que se fizesse um GT para estabelecer critérios para lançamento de efluentes. Isso foi para a
1336 Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos ela entendeu que não estava atendendo ao que a Resolução pedia, e por
1337 isso devolveu para essa Câmara Técnica sobre a reinstalação do GT, a construção de um novo GT para discutir
1338 este assunto.

1339
1340 **Volney Zanardi Júnior - MMA**

1341
1342 Obrigado, Marcelo. Algum esclarecimento, senhores e senhoras Conselheiras?

1343
1344 **Márcia Romanelli - Governo do Estado de Minas Gerais**

1345
1346 Minas Gerais. Eu queria só fazer uma complementação, porque eu fiz parte desse grupo, do Grupo de Trabalho e
1347 tem um prazo na CONAMA 357 que foi prorrogado que previa o resultado desse trabalho. Então esse prazo vai ser
1348 novamente prorrogado?

1349
1350 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1351
1352 Sim, vai ser preciso.

1353
1354 **Marcelo Assis - Secretaria Executiva do CONAMA**

1355
1356 Provavelmente vai, porque foi prorrogado por um ano e com esse trâmite esgotou o prazo. A jurídica não se
1357 pronunciou sobre isso, talvez a gente tenha que provocá-la nesse sentido.

1358
1359 **Volney Zanardi Júnior - MMA**

1360
1361 Obrigado, Marcelo. Bom, nós concluímos então a nossa ordem do dia e antes de eu encaminhar ao encerramento
1362 da reunião eu gostaria de consultar aos senhores Conselheiros e Conselheiras aqui presentes se gostariam de
1363 fazer uso da palavra.

1364
1365 **André Roberto Alliana – ANAMMA/Região Sul**

1366
1367 Eu só peço desculpas, porque eu cheguei atrasado em relação aos problemas de vãos habituais que nós estamos
1368 tendo no nosso país. Eu não sei se foi feita, eu vou olhar na lista e conversar individualmente com cada um, só
1369 para conseguir começar a identificar os membros da Câmara Técnica e me colocar à disposição. Pelo que eu vi
1370 aqui é Espírito Santo que se pronunciou como novo e em especial nós dois novos aqui. Foi feita uma
1371 apresentação, alguma coisa assim no início? Então eu peço desculpas, só isso.

1372
1373 **Volney Zanardi Júnior - MMA**

1374
1375 Doutora Márcia, doutor André?

1376
1377 **André Roberto Alliana – ANAMMA/Região Sul**

1378
1379 Para mim está OK, obrigada.

1380
1381 **Volney Zanardi Júnior - MMA**

1382
1383 Bom, gente, eu queria então senhores e senhoras Conselheiras, eu gostaria só de agradecer primeiro hoje a
1384 confiança depositada em mim para coordenar os trabalhos e presidir essa Câmara, e segundo deixar clara a nossa
1385 intenção de tentar diminuir ao máximo possível esse tempo de adaptação nossa às questões novas o Ministério
1386 também são novos nessa Câmara, Minas Gerais, Espírito Santo, e então esse início é um pouco crítico, vamos
1387 dizer assim, porque nós temos que tomar pé de uma série de assuntos que têm toda uma história, e algumas
1388 resoluções estão sendo discutidas há três ou quatro anos. Então, eu estou à disposição dos Conselheiros e
1389 Conselheiras no sentido de poder facilitar esse processo, nos colocando à disposição a qualquer momento para ser
1390 consultado e tentar encaminhar essas questões que sejam demandadas pelos Conselheiros. E deixar claro que
1391 esse é um trabalho que realmente nós vamos ter que construir juntos, pelo menos aí pelos próximos tempos. Que
1392 realmente a agenda que se passou hoje aqui demonstra a complexidade do que é tratado dentro dessa Câmara
1393 Técnica e esse trabalho necessariamente terá que ser compartilhado com uma visão de excelência técnica, de
1394 capacidade institucional e de muito bom senso. Tem uma questão pendente aqui que a Cleide me alertou, que é
1395 justamente nós não definimos a relatoria e nós temos aqui presente quatro Conselheiros. Não sei se a gente
1396 poderia deliberar sobre esse ponto ainda. A relatoria seria mais no sentido de realmente validar todo o trabalho que
1397 é feito na Secretaria, nenhum Conselheiro terá que elaborar a ata ou fazer esse tipo de trabalho. Eu não sei se nós
1398 poderemos contar com a disponibilidade ou de Minas Gerais, ou da ANAMMA, não sei se Espírito Santo.

1399
1400 **Andréa A. Saraiva de Lima - IEMA/ES**

1401
1402 Espírito Santo. Vou me esquivar aqui um pouquinho, realmente novata assim fica complicado, vou me inteirar um
1403 pouco mais com relação aos assuntos da Câmara e então eu não fico no cargo de relatora. Peço desculpas, mas
1404 vou me inteirar um pouco mais das questões da Câmara.

1405
1406
1407
1408
1409
1410
1411
1412
1413
1414
1415
1416
1417
1418
1419
1420
1421
1422
1423
1424
1425
1426
1427
1428
1429
1430

Volney Zanardi Júnior - MMA

Obrigado, Andréa.

Márcia Romanelli - Governo do Estado de Minas Gerais

Minas Gerais, eu estou representando o Conselheiro e ele também foi eleito Vice-Presidente da Câmara, então eu acho melhor ou então deixar para a próxima, se não tiver nenhuma dificuldade, para a gente discutir com a presença dele.

André Roberto Alliana – ANAMMA/Região Sul

Eu também prefiro deixar para a próxima, sou membro titular de outra Câmara Técnica do CT de Saúde Saneamento e Resíduos e a gente deve intercalar nossa participação nessa Câmara Técnica juntamente com o município de Curitiba, então em intercalando e participando dos dois eventualmene não estou eu, eventualmente está o município de Curitiba, eu acredito que essa relatoria poderia ser prejudicada, então eu prefiro que seja algum outro que tenha permanência mais constante.

Volney Zanardi Júnior - MMA

Certo, essa é uma questão que não prejudica os trabalhos da Câmara Técnica, a continuidade dos trabalhos e pode muito bem ficar para uma próxima oportunidade sendo que a gente espera já trabalhar antes a definição da relatoria. Então eu queria mais uma vez agradecer a todos, acho que tivemos uma reunião que foi muito objetiva e devemos então agora preparar, fazer toda a nossa preparação para que a nossa próxima reunião seja, não só objetiva mas também muito produtiva. Agradeço a todos e um bom almoço.